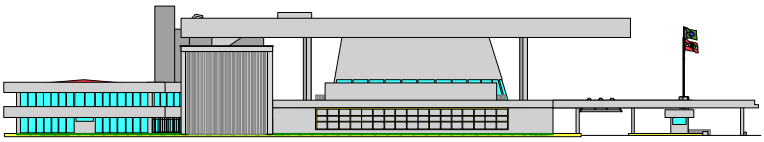
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX FLORIANÓPOLIS, 10 DE FEVEREIRO DE 2011 NÚMERO 6.249

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder:

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder:

DEMOCRATAS
Líder:

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder:

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder:

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder:

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder:

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Luiz Eduardo Cherem
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA

Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton
Darci de Mattos
Manoel Mota
Aldo Schneider
Pe. Pedro Baldissera

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider
Narcizo Parisotto
José Milton
Valdir Cobalchini
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Angela Albino
Altair Guidi
Silvio Dreveck
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Darci de Matos
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Renato Hinnig
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Renato Hinnig
Ada Faraco De Luca
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Luiz Eduardo Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Valdir Cobalchini
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Ada Faraco De Luca
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Neodi Saretta
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XVIII - **NÚMERO 2249**
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 003ª Sessão Ordinária realizada em 09/02/2011 2

Publicações Diversas
Ata de Comissão Permanente..... 18
Aviso de Resultado.....18
Despachos 18
Ofícios.....19
Projetos de Lei.....19

P L E N Á R I O

ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE FEVEREIRO DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Renato Hinnig - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a questão do salário dos deputados, sua aposentadoria e a aposentadoria de ex-governadores.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se às péssimas condições das rodovias catarinenses.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda a questão das Apaes.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Reporta-se à segurança pública.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da segurança pública no estado.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradece pelos votos recebidos na última eleição.

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Fala sobre suas metas no Legislativo.

DEPUTADOJEAN KULHMANN - Pronuncia-se a respeito de projetos de lei que deu entrada na Casa.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda a questão da educação no estado.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Posiciona-se a respeito da reforma tributária.

Ordem do Dia

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Discute o Requerimento n. 0016/2011.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o Requerimento n. 0016/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Discute o Requerimento n. 0016/2011.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute a Moção 0002/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se ao turismo no estado.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Aborda obras prioritárias no estado.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Tece comentários a respeito da reforma administrativa.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Expõe seu pensamento com relação à inadimplência na Celesc.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda a questão dos hospitais; questiona a manutenção do helicóptero da Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores desta Casa, público que nos acompanha nas galerias, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Tenho-me manifestado, nas outras duas vezes que usei a tribuna neste ano de 2011 - e quero, hoje, usar esse tempo de dez minutos para fazer um debate sobre esse assunto -, sobre a questão do salário dos deputados, a sua aposentadoria e também sobre a pensão de governadores.

Eu, particularmente, passei boa parte do período de recesso ouvindo bastante sobre este assunto, ouvindo a manifestação de descontentamento da população, especialmente da base dos servidores públicos, cuja imensa maioria recebe um salário ínfimo, inferior às condições de dignidade da família. Há bastante tempo estão com os salários sendo jogados cada vez mais para baixo, em comparação com o custo de vida e com as dificuldades de manutenção da família, tendo em vista as exigências do mundo cada vez mais moderno e cheio de demandas. De forma que o salário vai-se tornando cada vez menor.

A imensa maioria dos trabalhadores também da iniciativa privada recebe um salário insuficiente para manter a sua família, para se manter ou até, inclusive, para pagar o transporte para ir trabalhar.

Então, diante desse quadro, o aumento de salário dos deputados em quase 62% foi, sim, um acinte ao senso comum, à ideia normal de razoabilidade da maioria do povo brasileiro.

Como é que aconteceu isso? E é isso que é importante justificar e esclarecer nesta tribuna.

Há várias legislaturas os deputados estaduais de Santa Catarina recebem 75% do salário dos deputados federais e dos senadores, e isso é uma possibilidade legal e constitucional. E vinha sendo reiterado esse padrão salarial ao longo de várias legislaturas, como falei aqui.

No ano de 2010, no último dia legislativo, dia 15 de dezembro, entre 17 e 18h, apareceu aqui uma resolução da Mesa Diretora que foi colocada em discussão e imediatamente em votação, sendo aprovada. Na sua ementa constava que o valor do salário dos deputados estaduais continuaria sendo 75% do valor do salário dos deputados federais. E foi aprovada assim.

Horas depois, no mesmo dia, também no último dia legislativo de 2010, o Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, aprovou o índice de incremento salarial de quase 62%, com o argumento, com a justificativa de que era para equiparar o nível salarial dos Poderes, aumentando ainda mais, proporcionalmente, o salário da presidente da República e dos ministros do Poder Executivo.

Aumentou o salário dos deputados e senadores em quase 62% e, portanto, automaticamente, ocorreu esse aumento de salário também para os deputados de Santa Catarina, já que havíamos, horas antes, aprovado uma resolução reiterando aquilo que está em prática há muitos anos. Assim sendo, o valor do salário dos deputados estaduais será de 75% do salário do Congresso Nacional.

Eu não sei quantos deputados sabiam qual era o debate, qual o valor, qual o índice que se estava discutindo no Congresso Nacional para o incremento do salário dos parlamentares, o fato é que lá eles aprovaram depois. E aí já não tinha como fazer nada, até porque a sessão já havia terminado no final da tarde. E devo, portanto, manifestar a minha autocrítica e dizer que deveria ter-me manifestado, sim, contra, embora a votação tenha ocorrido talvez em menos de dez segundos, entre a apresentação da ementa da resolução e a votação. Evidentemente, nada mudaria, mas seria possível, naquela mesma tarde, através de uma questão de ordem, manifestar a nossa posição que, aliás, já havia manifestado na Mesa Diretora, naquela manhã ou na manhã do dia anterior, na reunião com os líderes partidários.

A nossa posição é a criação de um reajuste proporcional para todos os salários do país e que o salário dos parlamentares e de outras autoridades eleitas ou nomeadas acompanhassem um índice indexador nacional, como por exemplo, o salário mínimo. Isso já falei na reunião da Mesa Diretora, no entanto, não me manifestei aqui na tribuna. Deveria tê-lo feito, e faço uma autocrítica por não ter-me manifestado a respeito naquele dia, mesmo que tenha sido votado, como falei anteriormente, em menos de dez segundos, tempo insuficiente até mesmo para levantar e ir até o microfone de apartes pedir a palavra para debater a questão.

Há também outra questão, da mesma natureza, ocorrida no mês de dezembro. Lendo jornais do estado descobri que no último dia legislativo de 2009, há um ano e três meses, foi aprovado aqui nesta Casa um projeto de lei complementar que recebeu uma emenda na manhã daquele último dia nas comissões e, à tarde, foi a plenário e votado. Isso no mesmo dia em que foram votados 105 outros projetos neste Poder, inclusive a Lei Orçamentária do ano subsequente. Porque em 2009, foi aprovado o Orçamento de 2010; assim como no último dia legislativo de 2010, aprovamos o Orçamento de 2011. Numa sessão que costuma ter bastante conteúdo para ser discutido, com muitas questões em debate.

Mas, em 2009, foi aprovado um projeto de lei que permite ao servidor público que é deputado, que está na função de deputado, aposentar-se com salário igual ao de um deputado na ativa.

Sou servidor público e seria diretamente contemplado caso concordasse com esse dispositivo, mas manifesto minha posição contrária. Não tenho nada contra as pessoas que já foram ou serão beneficiadas, não é nada pessoal, minha relação aqui sempre foi boa, mas acho que é absurdo o Poder Legislativo começar a retomar a possibilidade de direito de aposentadoria para deputado porque, com certeza, depois as câmaras municipais vão querer o mesmo benefício, e aí cria-se um monstrengo que, felizmente, havia sido extinto no passado.

O PT apresentou um projeto de lei complementar, sobre o qual já me manifestei publicamente que votarei favoravelmente e irei trabalhar para que possamos revogar essa medida que possibilita ao servidor público, que é deputado, aposentar-se com proventos de deputado.

Acho que é um absurdo, uma ofensa à maioria dos trabalhadores, à maioria dos servidores públicos que se aposenta com uma remuneração pequena, ridícula, insuficiente para viver com dignidade.

Gostaria, ainda, de falar sobre a pensão dos ex-governadores, dependentes etc. Estamos vendo também que, além de vitalício, esse benefício, em alguns casos, é hereditário. É preciso rediscutir isso, é claro que quem exerce a função de governador deve ter garantida uma vida digna para o resto da vida, assim como quem exerce a função de deputado ou quem exerce qualquer outra função, como é o caso de todas as pessoas que trabalham na sociedade, ou seja, praticamente todas. O que é preciso discutir é que ocupar um cargo eletivo, seja de deputado, de vereador, prefeito, governador, senador, inclusive, o de presidente da República, por que não, não é uma profissão. Cada um de nós, antes de vir para cá, tinha ou tem uma profissão, assim como os outros trabalhadores. Nós viemos representar uma parcela da sociedade, apenas isso, e por um tempo determinado de quatro anos.

Temos um salário, temos uma profissão lá fora, porque não veio ninguém para cá desempregado. Precisamos discutir isso com atenção porque se está voltando a uma lógica da Idade Média e criando-se uma casta que, num determinado ponto, adquire direitos vitalícios ou até hereditários, diferentemente da imensa maioria da população, que é quem paga o nosso salário e que nos elege para aqui representá-la e não para trocarmos de profissão. Temos uma profissão, estamos aqui por um tempo, não podemos criar privilégios para representantes políticos ocupantes de cargo eletivo ou comissionado.

Esse é um debate que precisamos continuar aqui nesta Casa.

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. depu-

tados e sras. deputadas, estamos retornando da nossa região para mais um início de semana, como sempre. É obrigação do deputado buscar nas suas bases os problemas que afligem a sociedade dentro de um critério real, legal, honesto, transparente e que realmente traduza os anseios das comunidades. Em qualquer situação que envolva o Parlamento catarinense temos a obrigação de não nos omitir da responsabilidade assumida perante o nosso eleitorado, indistintamente, perante aqueles que confiaram em nós como seus representantes.

Volto, por isso, deputada Angela Albino, da minha região um pouco triste porque vejo que o atual governador Raimundo Colombo tem uma missão árdua pela frente, pegou uma herança que eu não gostaria. Aliás, quando o então governador Leonel Pavan assumiu interinamente, eu disse, desta tribuna, que se ele soubesse da situação do estado não teria vindo para trabalhar em Camboriú, teria ficado em Ponte Serrada, lá na sua terra, onde passou sua juventude.

As rodovias catarinenses estão cada vez piores, esse período de intensas chuvas está agravando cada vez mais essa situação.

Ontem recebi um telefonema de um empresário que orgulha Santa Catarina, Miguel do Valle, do Frigorífico do Valle, que pediu que eu o iluminasse, pois um dos seus veículos, que transportava derivados de suínos, ao se encontrar com outro veículo, não teve como desviar de uma cratera na SC-302, no trecho entre Lebon Régis e a BR-116, estourando dois pneus do caminhão. Não ocorreu o tombamento porque o motorista foi hábil e conseguiu segurar o carro e também porque hoje podemos contar com carros modernos, com direção hidráulica etc.

Isso está acontecendo em muitas outras rodovias, e aqui quero fazer um parênteses e cumprimentar o nosso secretário de Infraestrutura, que já tomou uma atitude tapando alguns buracos - que são pequenos paliativos utilizados na estrada -, na BR-451 que liga Caçador à BR-153, muito mais precária do que a SC-302. Lá já iniciaram o trabalho de tapa buraco, que é paliativo, mas pelo menos minimiza a situação dos nossos motoristas, pois é uma estrada que recebe todo o fluxo de veículos do Paraguai para o litoral catarinense, é o caminho mais curto, o caminho legal. Recebe, por exemplo, os caminhões graneleiros que levam os produtos para a Perdigão, de Videira, e para outras empresas. O tráfego é muito grande, além dos ônibus de turismo do litoral catarinense para o Paraguai e assim por diante.

Outras tantas rodovias estão nessa situação calamitosa, mas quanto à SC-302, no governo passado, eu devo ter feito uns dez requerimentos, indicações e pedidos de informação. Quem conhece a rodovia, deputado Neodi Saretta, sabe que a ponte sobre o rio, por onde passam dois carros, próxima à BR-116, no sentido Lebon Régis, é um perigo, porque há mais mato em cima da ponte, marginando o passeio, do que nas cabeceiras da ponte, no campo, onde o gado pasta. É impressionante! As guardas laterais de proteção da ponte já quase não existem mais, isso há mais de dois anos, e o governo passado não tomou nenhuma providência. As provas estão lá no local! Não é o deputado Reno Caramori que vem mais uma vez fazer esse apelo ao departamento competente, à secretaria competente, para que tomem uma providência.

Segundo informações, a SDR de Curitibanos é a responsável por essa rodovia, mas não tem dado a devida atenção. Por outro lado, a SDR de Caçador diz que a sua jurisdição vai até Lebon Régis. Então, fica um jogo de empurra entre as regionais, e o problema continua naquela rodovia, por onde passamos toda semana. Estamos acompanhando o que está acontecendo.

Por outro lado, quero cumprimentar a ANTT que deu a atenção devida a uma indicação que fizemos há dois anos para a construção de um trevo na interseção da BR-116 com a BR-302, no município de Santa Cecília, no início da SC-302, no sentido Fraiburgo, Lebon Regis, Caçador e para o extremo oeste. O trevo está lá pronto, dentro do prazo que não foi informado pelo DNIT. À época, a empreiteira cumpriu o prazo predeterminado, observando o programa físicofinanceiro, e lá está um trevo muito bem elaborado, agora, sim, dando todas as garantias para aqueles que utilizam aquele trevo que sai da BR-116, acessando a SC-302 no sentido norte do estado.

Por isso, quero cumprimentar pela presteza, pela grande responsabilidade, pois nos informaram que no segundo semestre de 2010 iriam ser executadas as obras e assim o fizeram. Temos a obrigação de criticar, sim, porque devemos mostrar as autoridades competentes a sua responsabilidade que, muitas vezes, são assumidas e não cumpridas, porque a sociedade catarinense espera de seu Parlamento, quer no município, quer no estado ou na União. O parlamentar é o representante direto da sociedade, é aquele que está em contacto direto, quase todos os dias, com a sociedade, através da comunicação telefônica ou pela informatização dos gabinetes, na internet. Ou seja, temos facilidade de acessar o nosso munícipe, o nosso coestaduano com o Parlamento catarinense.

Por isso, deputado Manoel Mota, volto a esta Casa para dizer e propor, e já o fizemos desta tribuna, auxílio ao atual governador, desde que o seu secretariado, o seu governo, tenha a responsabilidade de atender às prioridades. Sabemos da contenção de despesa ora determinada pelo governador, corretamente, para fazer o levantamento e atacar as prioridades, porque é muito triste quando vemos aí acidentes ocorrendo em função da má conservação das nossas rodovias.

Por isso, faço mais uma vez esse registro. Inclusive, no dia de ontem fizemos novamente uma indicação ao secretário da Infraestrutura no sentido de que tome as providências urgentes antes que ocorram acidentes até com fatalidades nessa região.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e dizer que no Rio de Janeiro estava tudo certinho, mas Deus determinou, porque a natureza só é controlada por ele, a destruição, e tivemos mais de 800 mortes. E o buraco que nasceu v.exa. não confessou que é fruto de muita chuva.

Então, todos os governos podem fazer o que puderem fazer pelo estado, mas nunca conseguem realizar tudo, porque na nossa região, no nosso estado, é um problema climático.

O único governo do estado que deu condições de acesso a todos os municípios de Santa Catarina foi o governo passado, e faltam apenas 48 municípios. Então, não dá para olharmos só com críticas. Temos que olhar também as coisas boas que foram realizadas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Manoel Mota, eu entendo perfeitamente. Agora, não adianta vestir um santo e desvestir outro.

Nas rodovias das ligações municipais, quase que na sua totalidade, foi utilizado dinheiro da Cide, que pertence aos municípios, que é o imposto sobre o combustível.

Agora, abandonar as rodovias estaduais, que é de competência e obrigação do estado, também não justifica. São rodovias que foram feitas por tanto governos que passaram e não houve a conservação devida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, eu quero aqui cumprimentar o presidente Moacir Sopelsa e desejar sucesso na sua caminhada como titular por alguns dias na Presidência desta Casa.

Cumprimento os srs. deputados, os amigos que aqui nos prestigiam; quero cumprimentar inclusive os nossos amigos da coordenadoria estadual de políticas públicas para a promoção de igualdade racial de Santa Catarina, que comparecem a esta Casa com uma pauta de reivindicações e que certamente terá o nosso apoio.

Quero cumprimentar também o meu amigo, suplemente de vereador, da cidade de Otacílio Costa, meu amigo Vanderlei, que também nos prestigia nesta tarde. Seja bem-vindo a esta Casa.

Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria nesta tarde de focar a temática das Apaes. O Brasil conhece muito bem a importância dessa entidade, e em Santa Catarina não é diferente o papel importantíssimo que as Apaes desempenham em nossos municípios, quer nas grandes regiões, quer no interior do estado.

Eu tenho acompanhado o debate sobre o repasse dos recursos para as Apaes, em especial através do Sistema Único de Saúde. Eu recebi inclusive uma proposta de encaminhamento ao governo do estado... E nós estaremos, deputado Mauro de Nadal, nos próximos dias levando ao secretário de Saúde algumas reivindicações que as Apaes de Santa Catarina têm pautado. Entre elas o fortalecimento de ações administrativas no movimento das Apaes, como a ampliação do Fundo Social, o concurso público para professores da educação especial, benefícios a professores admitidos em caráter temporário, projetos para as Apaes, no que diz respeito àquelas que ainda não estão credenciadas, revisão do manual das normas de procedimentos técnicos, a questão também de ampliar por atuação da fundação catarinense de educação especial, projetos para as novas casas lares para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, projetos voltados ao envelhecimento dos alunos e orientação dos responsáveis e, finalmente, o convênio com a secretaria de estado de Saúde em relação especial à contratação dos chamados cuidadores, técnicos de enfermagem, para as Apaes.

Mas nesta problemática específica da questão do SUS há que se rever a posição tomada pelo governador Leonel Pavan no que diz respeito ao repasse das entidades.

Tudo começou a entrar numa confusão de números com a proposta da Portaria n. 1.635, de 09 de setembro de 2002, quando foi orientado o novo cadastramento de serviço de atendimento acompanhamento e reabilitação de deficiência mental, autismo, cujos recursos financeiros eram provenientes do SUS, através do ministério da Saúde, mas repassados via secretaria de estado da Saúde.

Em fevereiro de 2010, segundo nós acompanhamos exatamente há um ano, a secretaria de estado da Saúde comunicou às Apaes do estado de Santa Catarina a diminuição dos repasses em relação ao funcionamento das equipes multidisciplinares.

Naturalmente que a repercussão dos serviços e atendimentos fornecidos aos alunos foi extremamente negativa. E acompanhamos isso em especial na Apae de Blumenau. Até porque tivemos comprometido todo o leque de atendimento das Apaes que era oferecido. Por exemplo, em 2008 a Apae de Blumenau realizou 73 mil atendimentos clínicos, o que significa a melhoria da qualidade de vida dos alunos. Esta mesma Apae, na sua série histórica, que é determinante para o repasse dos valores, teve uma diminuição em 60% dos repasses.

No ano de 2010, acompanhamos, foram elaborados vários manifestos, e estive presente com o secretário da Saúde na época. Não só as secretarias municipais, mas também as secretarias estaduais... E a coisa ainda não foi resolvida.

Inclusive nesta Casa, deputado Manoel Mota, houve uma plenária das Apaes de Santa Catarina. E houve todo um movimento em nível estadual, nessa audiência pública, em várias câmaras de vereadores, em vários municípios. Mas o que se constatou é que faltou de fato vontade política para se alterar esses critérios. E nós estaremos na próxima semana, juntamente com vários diretores de Apaes do nosso estado, acompanhando esses diretores numa audiência com o nosso secretário estadual de Saúde, para que seja revista toda essa problemática e que as Apaes possam continuar dando esse atendimento de qualidade que vem fazendo no estado de Santa Catarina, em especial em nossos municípios menores onde com muita dificuldade, quase que no anonimato, essas pessoas têm conduzido as propostas das Apaes.

Precisamos de forma urgente rever essa questão da série histórica e os novos projetos para as Apaes que ainda não fizeram esse roteiro, essa biografia, da série histórica.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, é uma honra pela primeira vez o PCdoB ocupar o horário do partido formalmente. E que bom que seja em sua presença, por quem tenho uma dileta preferência, que concluiu com maestria o processo da escolha das comissões, da composição das comissões. Tenho certeza de que a serenidade de v.exa. ajuda muito na condução da Casa.

Ocupo esta tribuna com muita alegria e dizendo que pela primeira vez o PCdoB pode se manifestar como partido com uma cadeira definitiva conquistada na última eleição, para fazer algumas pontuações. E todas elas no rumo dos direitos humanos, todas elas na discussão da nossa segurança. E cumprimento nessa memória o Salum que está aqui conosco, que fez uma grande votação para deputado e que nos dá a honra de sua presença na Casa no dia de hoje.

Quero tratar do tema sobre o enfoque da prevenção. Nós tivemos uma fuga em massa, que aconteceu na penitenciária de Florianópolis, um erro que já havia sido anunciado, particularmente pela OAB de Santa Catarina, quando diziam que aquele módulo que estava sendo construído deveria redundar no que de fato aconteceu, o que transforma aquela região num ambiente preocupante do ponto de vista de segurança aqui na nossa cidade. Digo isso também porque participei como vereadora em Florianópolis da discussão sobre a destinação daquela área.

O desejo da comunidade sempre foi desativar aquele complexo penitenciário e ao mesmo tempo transformá-lo numa área de lazer, que não temos naquela região, transformar numa área de convívio urbano e inclusive de aproveitamento daquele espaço. Inclusive, o governador Raimundo Colombo já manifestou publicamente o desejo de transformar aquela área em um hospital, mas nós precisamos também pensar naquela área nesse projeto inicial da comunidade, de destinar pelo menos 40%, pelo menos grande parte da área, para uma de lazer.

Nós sabemos que a violência não nasce de graça, ele nasce no momento em que a grande maioria da população não tem acesso ao que a maioria de nós teve. Quem conhece a realidade das zonas empobrecidas da nossa cidade sabe que de fato ainda é pouca a violência produzida, perto da imensa violência cotidiana, como a situação das nossas crianças em especial. Mas não é só isso. Nós precisamos, depois de instalada a violência, ter a segurança e a tranquilidade em saber que as nossas ruas estão sendo vigiadas.

Por isso, o policiamento, a visão de quem está do outro lado da lei, em saber que todos os dias a nossa Polícia Militar, a nossa Polícia Civil, está nas ruas da nossa cidade, do nosso estado, isso dá uma noção de tranquilidade muito grande. Também apoiar os conselhos de segurança, que é uma preocupação que temos e que desenvolvemos durante o pouco tempo do nosso mandato.

Quero concluir, já que o nosso tempo é pequeno, registrando que não foi por coincidência que hoje um grupo da Coordenadoria Municipal da Promoção da Igualdade Racial, junto com outras entidades do movimento negro, está aqui nesta Assembleia Legislativa, pedindo o nosso apoio, para gestionarmos junto ao governador do estado pela criação da Coordenadoria Estadual da Promoção da Igualdade Racial.

Nós sabemos que as mulheres negras são as mulheres que ostentam os piores índices da desigualdade social do nosso país, mesmo entre as mulheres; são as mulheres negras que têm a privação de maior número de acessos. E um recente atlas da cidade de Florianópolis nos mostrou que o IDH de jovens negros de um país, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano de jovens negros de capital do país tem a sua pior apresentação aqui na capital dos catarinenses, na cidade de Florianópolis.

Portanto, tem o nosso apoio a proposição de gestionar ao governador Raimundo Colombo a criação de uma

Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial, porque nós compreendemos que tratar desigualmente os desiguais é que vai construir a nossa igualdade, isso já Aristóteles dizia, o princípio aristotélico da igualdade, e nós precisamos construir políticas públicas capazes de dar conta dessa imensa tarefa que é caminhar rumo à construção da igualdade do nosso país.

Portanto, o nosso total apoio aos representantes do movimento negro que estão aqui na Assembleia Legislativa, na tarde de hoje, pedindo pela construção da Coordenadoria Estadual de Promoção de Igualdade Social.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino, é uma alegria também quando concedo a palavra ao seu partido, porque é mais um partido que está na Assembleia Legislativa, o PCdoB, aliás, que tem pessoas como v.exa. e também que tem muitos líderes espalhados pelo Brasil.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, mais uma vez é uma satisfação utilizar esta tribuna no horário do PSDB, e amanhã também deveremos falar. Ontem tivemos uma reunião da executiva estadual, o partido está preparando as convenções municipais e a convenção estadual, buscando a harmonia, a valorização dos seus quadros em todo estado.

Quero aproveitar aqui para registrar a presença do prefeito da cidade de Penha que está acompanhado pelo vereador Claudinei e pelo Celso, suplente de vereador. Eles têm feito muito pelo município de Penha, estão fazendo uma administração brilhante. Fica aqui o nosso registro da presença do prefeito.

Quero também saudar o movimento, como já falou a deputada Angela Albino, em busca da criação da coordenadoria estadual de políticas públicas para a promoção da igualdade racial em Santa Catarina. É importante para o nosso estado, com harmonia e respeito, a criação e a proteção de todos.

Quero registrar também que participei, na última segunda-feira, de uma reunião do Sintrasp - Sindicato dos Trabalhadores na Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. A reunião mensal feita por aquele sindicato discutiu a melhoria e o apoio para a segurança pública do nosso estado e a defesa dos seus sócios.

Fui convidado a participar como deputado e também como membro, como filiado do Sintrasp, assim como sou membro e filiado da Adepol - Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina.

Mas o Sintrasp tem sido muito ativo, inclusive recebemos daquele sindicato, através do agente de polícia civil Arilson Carlos Nazario, agente de Criciúma, policial competente e dedicado, que dá a sua vida, que vive a atividade policial e que consegue conciliar também o trabalho de liderança regional dentro da categoria, sendo delegado sindical na região de Criciúma.

Claro, ali foram elecandas algumas questões referentes à segurança pública, 17 citações do que os policiais esperam, e é claro que todos nós queremos uma segurança pública cada vez melhor para o estado de Santa Catarina e para o nosso Brasil.

Santa Catarina tem a melhor segurança pública do país. Temos as nossas dificuldades, mas melhoramos, no governo Luiz Henrique tivemos um grande avanço, no governo Leonel Pavan foi quando a segurança mais cresceu. Tivemos mais de seis mil promoções só na polícia civil. Pegamos a polícia civil, deputado Mauro de Nadal, com algumas categorias que estavam há oito ou dez anos sem promoção. Quer dizer, sem estimular o policial, sem concurso.

Foi feito o maior concurso da história da polícia civil, temos hoje quase mil novos policiais nos quadro e é claro que ainda há dificuldades. Há muito a ser feito, mas se fizer o que foi feito - e eu sei que o governador Raimundo Colombo tem essa vontade, tem essa visão e vai fazer -, se se repetir, nós vamos avançar ainda mais.

Pegamos a polícia desestimulada, sem qualquer tipo de motivação e fizemos com que o policial resgatasse o seu orgulho e a vontade de trabalhar.

Aqui entre os pedidos que o Sintrasp, através do Policial Arilson, presidente da região de Criciúma pediu para citar está a questão do cumprimento do art. 27 da Lei Complementar Estadual n. 254, possibilitando chegar-se a um piso de R$ 1.515,00, considerado o teto atual do delegado de polícia.

A outra reivindicação dos nossos policiais é o fim dos abonos e a incorporação de todos os vencimentos, a revisão do auxílio-alimentação, a igualdade de vencimento das carreiras que exigem o mesmo nível de escolaridade e a revisão anual dos salários. Mas nós sabemos que o governador Raimundo Colombo vai dar uma atenção especial a essa questão.

A grande preocupação dos policiais é com a questão das horas extras, porque hoje a hora extra e o adicional noturno passaram a fazer parte do salário e representam quase 30% ou 40% do salário do polícia. E o policial que se aposenta ou que fica doente deixa de receber esse valor. Muitas vezes o policial está sem condições de trabalhar, mas se obriga a permanecer no exercício da função porque não pode fazer um tratamento de saúde ou não pode se aposentar porque irá perder uma grande parcela do seu salário.

A escala de plantão, que é uma reivindicação que já implementamos em quase todo o estado, as gratificações e o quadro de acesso são uma reivindicação dos policiais que a Constituição de 1988 mudou. O policial, antes, podia ingressar no início de carreira como investigador, como comissário e terminar através do acesso ao cargo de delegado de polícia, mas a Constituição mudou isso, pois o acesso ao cargo público hoje só se dá através de concurso. Então, os policias estão buscando uma saída jurídica para resolver essa questão, como o incremento do efetivo, que é um dos projetos solicitados.

Quando vemos que houve a manutenção da dinâmica do processo promocional, percebemos, realmente, nesse período de quatro anos que tivemos a oportunidade de estar à frente da delegacia-geral de polícia, que os policiais hoje sabem que existe um processo de promoção que ocorreu em todas as datas previstas na lei.

Então, hoje não se pede mais que se faça promoção, pede-se a manutenção do processo de promoção, a consolidação do processo, projeto que cria gratificação de estímulo funcional, e também algumas outras reivindicações dentro do próprio Sintrasp(OK).

Assim sendo, fico feliz em ver a mobilização, a busca dos nossos policiais por terem a sua garantia, por terem a sua estabilidade.

Nesse período de governo procurou-se valorizar, e muito, o policial com a promoção, tratá-lo com respeito, como trabalhar ajustado, pois o serviço de assessoramento psicológico da polícia de Santa Catarina é o melhor do Brasil.

Amanhã, sr. presidente, falarei sobre outros assuntos.

Agradeço a oportunidade.

Que Deus nos abençoe!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente e srs. deputados, quero saudar todos os deputados e deputadas neste plenário e de forma muito especial os deputados do vale do Itajaí. Neste momento, saúdo o meu colega de Rio do Sul, Jorge Teixeira. Quero saudar também, de forma carinhosa, todos os ouvintes da TVAL, bem como os ouvintes da Rádio Alesc Digital e, em especial, todo cidadão do vale do Itajaí.

É com grande satisfação que faço, neste momento, o meu primeiro pronunciamento na condição de deputado estadual, tendo a mesa presidida, evidentemente, por um colega peemedebista que na interinidade dirige os trabalhos deste Parlamento.

É com grande satisfação que agradeço desta tribuna os 36.449 amigos e amigas, irmãos e irmãs que me confiaram essa procuração para poder representá-los neste Parlamento, dentro

de um mandato que será pautado no comprometimento, no trabalho. E a responsabilidade será a marca do meu trabalho para corresponder aos que me delegaram a missão de representá-los, proporcionando-me a oportunidade de atuar em favor de Santa Catarina. Nunca é demais repetir muito obrigado pela oportunidade de poder estar nesta tribuna.

Seriam muitos os agradecimentos que eu deveria fazer, evidentemente, mas o tempo não me permite. Mas gostaria, de modo muito carinhoso e fraterno, fazer um agradecimento a duas mulheres muito especiais, que são a minha mãe e a minha esposa. Essas mulheres me deram a condição de poder fazer da minha vida a política do servir. Servir as pessoas que mais precisam, mas sempre corroborado pela minha família, integrada pelo Bruno, pela Natali e pelo Célio. A essas pessoas eu quero dizer muito obrigado. E agradecendo a essas pessoas, estou agradecendo a todos os 36.449 eleitores que me oportunizaram essa condição.

Há vários colaboradores que deveriam ser citados neste primeiro pronunciamento, mas não poderia deixar aqui de citar, com muita vibração, o nome do deputado federal João Matos, que neste momento preside interinamente o PMDB em Santa Catarina, que foi a nossa referência, o nosso líder regional no alto vale do Itajaí e em todo o vale. Ele teve a feliz ideia de me filiar a um partido político em 1976. Evidentemente que naquele momento passei por muitas funções públicas. Mas não posso deixar de citar aqui o meu colega, o meu irmão, uma grande referência no Parlamento catarinense, que por três mandatos teve a oportunidade de expressar o seu desejo de servir o vale do Itajaí, que é o deputado Peninha. É lógico que essas pessoas, juntamente com tantas outras, foram responsáveis pelo nosso engrandecimento político-partidário na região.

Não posso também deixar de agradecer, neste momento, o ex-governador e hoje senador Luiz Henrique da Silveira, por me ter dado a oportunidade de ser, durante sete anos, secretário de Desenvolvimento Regional de Ibirama, sendo que nessa função conseguimos interagir com toda a comunidade regional, com todos os segmentos. Mas vale dizer que essas pessoas foram muito importantes para que pudéssemos galgar esse posto.

Gostaria, de igual forma, de fazer um agradecimento muito especial ao atual vice-governador Eduardo Pinho Moreira e também ao nosso atual líder, o governador Raimundo Colombo, pelo qual todos nós, do PMDB, em especial este deputado, na nossa região, fizemos o nosso dever de casa, que foi fazer uma boa campanha em favor da sua candidatura.

Quero também agradecer a todos os nossos prefeitos, vereadores, presidentes de partido, enfim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra se envolveram nesse projeto. Por isso confirmo a todos os parceiros dessa caminhada que manterei um gabinete parlamentar aberto a todos os catarinenses. Este é o meu compromisso.

Gostaria de relatar aos nossos companheiros e companheiras a minha trajetória política, para mostrar que foi através dela que nós chegamos até aqui.

Fui vereador em Ibirama nos idos de 1988, fui prefeito da cidade de Vitor Meirelles por três mandatos, fui o primeiro secretário da Regional de Ibirama, em 1990, tendo a incumbência de implantar no município, no ano de 2003, uma secretaria Regional, levando aquela ideia vencedora do projeto eleitoral, que é a descentralização para mais próximo da população, fazendo, evidentemente, com essa proximidade, com que o governo funcionasse em todos os seus níveis.

Gostaria de citar também que, como secretário de Desenvolvimento Regional, conseguimos atrair algumas obras para a nossa região, entre as quais cito um empreendimento do grupo Votorantim, que compõe o consórcio Cesap, qual seja, a construção da Usina Salto Pilão, com aplicação de recursos 100% privados, na ordem de R$ 600 milhões.

Cito aqui a implantação de um *campus* da Udesc em Ibirama, atendendo a toda a região, que entendo que foi uma das grandes ações na minha condição como primeiro secretário de Desenvolvimento Regional.

Além disso, com o apoio do deputado João Mattos e do então presidente Lula, também conseguimos implantar um núcleo do Ifet em Ibirama, atendendo todas as regiões.

Essas são algumas das marcas que conseguimos deixar imprimidas nos anais da história daquela região como secretário de Desenvolvimento Regional e prefeito daquela região.

Eu acredito agora, diante de todos os caminhos trilhados como vereador, prefeito, secretário Regional, que estou credenciado para, junto com meus pares, defender os interesses de toda Santa Catarina. Evidentemente que temos que fazer a nossa parte, que é ser realmente um bom candidato, e isso nós fizemos.

É por isso que eu gostaria, neste momento, de deixar um abraço fraternal a todas as pessoas que compõem conosco esse novo momento da história de Santa Catarina.

Estou também recebendo a incumbência do meu partido, o PMDB, de presidir, a partir da sua votação, a comissão da Agricultura e Política Rural desta Casa e ser membro das comissões de Finanças e Tributação e da Pesca.

São atribuições que demonstram como os parlamentares têm que estar preparados para ter conhecimento de vários assuntos, para que possam representar com dignidade o povo catarinense.

Gostaria de dizer a todos o meu muito obrigado. Não nego que hoje estou tremendo porque é a primeira vez que assomo à tribuna, mas será a primeira de alguns anos neste Parlamento, até porque temos vontade de servir a sociedade catarinense.

O primeiro momento é diferente, e é esse o sentimento que estou sentindo, mas gostaria de agradecer novamente a todos e dizer que estamos aqui para servir o nosso estado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Deputado, quero primeiramente, dar-lhe boas-vindas, parabenizá-lo pelo seu trabalho, desejar-lhe muito sucesso e dizer que para mim é uma alegria muito grande tê-lo nesta Casa.

Há quatro anos, quando tive a oportunidade de começar o meu mandato como deputado estadual, tive a felicidade de ser convidado pelo governador Luiz Henrique para ocupar a secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Naquele momento, conheci um colega de colegiado, o então secretário Aldo Schneider. Eu quero dizer que v.exa. está hoje aqui, claro, primeiramente pelos seus amigos, pela sua família, pelos seus eleitores, pelas pessoas que acreditaram na sua proposta, por quem conviveu com v.exa. como secretário, por quem conviveu com v.exa. como candidato a deputado na região, inclusive dividindo muitos votos, mas, acima de tudo, pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu esforço e, com certeza, pelo seu compromisso com o vale norte, com o alto vale e com o vale do Itajaí.

Parabéns por estar aqui conosco e sucesso!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até quatro minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar v.exa., sr. presidente, e cumprimentar os meus colegas deputados e deputadas estaduais. Quero plagiar o meu amigo, deputado Aldo Schneider, que disse que foi tão difícil chegar até aqui, mas difícil também é se manifestar daqui. Mas com o tempo, como dizia o meu amigo Herneus de Nadal, nós aprendemos, porque é igual a andar de bicicleta, leva-se uns tombos no início, depois a coisa começa a fluir, anda, e você passa a andar bem. E quando vê já está competindo com essa bicicleta.

Ontem, ao assomar à tribuna deste Parlamento, eu me recordei da primeira vez em que tive a oportunidade de falar em um microfone, ainda no tempo de catequese, ocasião em que a freira da nossa igreja me convidou para fazer uma homenagem ao padre. Eu sentia que a minha perna direita tremia, deputado Aldo Schneider, de tal forma que parecia que ela queria escapar para casa, enquanto

que a outra, ansiosa, queria ficar para dar aquele gostinho: eu cumpri a minha tarefa, eu fiz aquilo que me foi determinado.

Também fui tomado pela emoção e até pela satisfação de estar sabendo da importância deste Parlamento, mas, acima de tudo, da responsabilidade com que cada deputado, cada deputada usa este Parlamento em prol do povo catarinense. Então, isso tudo nos dá aquela sensação de que estamos sendo importantes para o estado de Santa Catarina e temos, através dessa importante missão, que representar bem esse povo.

Eu tive a oportunidade de estar à frente do comando do pequeno município de Cunha Porã, uma cidade com 11 mil habitantes, por dois mandatos. Durante esse tempo que nós tivemos comandando aquele município pudemos vivenciar as angústias, as necessidades do nosso pequeno município e, acima de tudo, perceber o quanto é difícil verificar as obrigações que cercam as atribuições do poder público municipal.

Não é fácil atender a todas essas áreas e nós, parlamentares, temos o dever de facilitar a vida dos nossos pequenos municípios, criarmos políticas que vão ao encontro daquilo que é a sua necessidade e que facilitem o nosso prefeito, os nosso vereadores na aplicabilidade desses recursos. Vejamos, pois, que 15% que vêm da nossa receita, a administração tem a obrigatoriedade de aplicar na Saúde, 25% na Educação, em folha de pagamento, para honrar os compromissos, mas há atividades pontuais que também são anseios da população.

Os pequenos municípios, na verdade - basicamente todo o seu território corresponde ao perímetro rural -, necessitam de estradas para a manutenção, são máquinas que temos que dar condições para executar o trabalho, e isso demanda recursos significativos do cofre do município.

Então, são políticas que nós não temos, principalmente Brasília, que não tem o real Raios X daquilo que é a necessidade de nossos pequenos municípios.

Assim sendo, quero me somar ao Parlamento catarinense e a todos os colegas deputados na busca de políticas que caminhem ao encontro das necessidades dos pequenos municípios.

Eu quero, acima de tudo, agradecer aqui a receptividade que tive por parte dos nobres colegas e me colocar à disposição para que juntos possamos construir dias melhores para toda a nossa comunidade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, primeiramente, quero desejar a todos um excelente trabalho, matar a saudade dos parlamentares que já conhecia, parabenizar os novos parlamentares, os meus colegas deputados Jorge Teixeira, Zé Nei, Darci de Matos, Ismael dos Santos, que não está aqui neste momento, como todos os companheiros do DEM, tanto o deputado Gelson Merisio como o deputado Cesar Souza Júnior, que compõem a nossa bancada, e agradecer o carinho de sempre e desejar a todos um excelente trabalho, porque o nosso trabalho reflete-se, com certeza, na fiscalização e, consequentemente, na qualidade de vida dos catarinenses.

Quero dizer da minha grande alegria de poder usar, hoje, este ano, a tribuna, neste mandato, pela primeira vez, e já falando de algumas ações, de alguns encaminhamentos, de alguns projetos de lei que tive a oportunidade de protocolar porque entendo que são ações fundamentais para o nosso estado. E quero aproveitar para pedir o apoio dos srs. parlamentares para a primeira delas.

Nós protocolamos, ontem, e está para ser votada, hoje, nesta Casa - e quero pedir o apoio e a participação de todos os deputados -, uma ação, deputado Jorge Teixeira, e v.exa. é lá do alto vale, e o deputado Aldo Schneider também é da nossa região -, extremamente importante, que é a ação da duplicação da BR-470.

Vamos, hoje, votar a criação efetiva novamente do fórum permanente de acompanhamento do processo de duplicação da BR-470.

Todos nós ouvimos falar e acompanhamos várias e várias promessas de anos e anos, governos e governos, com relação à BR-470. E nós, deputados - e mesmo essa sendo uma obra do governo federal -, não podemos ficar à margem desse processo.

Ontem, o deputado Gilmar Knaesel teve a oportunidade de falar sobre esse assunto nesta tribuna, e eu entendo que nós temos, realmente, que constituir esse fórum permanente para debater esse assunto, levá-lo à frente, ir ao DNIT aqui em Florianópolis ou em Brasília, ir falar com a presidente Dilma Rousseff também, se precisar, porque essa não é uma obra, deputado Manoel Mota, apenas de uma cidade ou de uma região. A duplicação da BR-470 é uma obra fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina e de todo o vale do Itajaí.

Então, entendo que esta Casa não pode se omitir. Nós temos que participar ativamente com esse fórum, e quero pedir o apoio dos srs. deputados votando favorável à sua criação, votando favorável a esse requerimento. Espero que cada líder de bancada possa indicar um membro para participar desse fórum e que nós possamos trabalhar de forma assídua nesse sentido.

O governador Raimundo Colombo já demonstrou, no início do governo, o seu positivismo, a sua ação em favor da duplicação da BR-470. Ele quer também, de alguma forma, ajudar no processo, mesmo a BR-470 sendo uma rodovia federal.

Nós já tivemos, durante o processo eleitoral, promessas e mais promessas. Todos os candidatos prometeram que iam duplicar a BR-470. A presidente Dilma Rousseff, quando veio a Santa Catarina, disse de forma clara, em alto e bom som - e isso está estampado nos jornais -, que ela iria fazer a duplicação logo nos primeiros dois anos de seu governo.

Nós temos que cobrar essa promessa, independente de partido político, porque quem transita pela BR-470 não são só os filiados de um ou de outro partido; quem transita nessa BR são todas as pessoas de bem que querem trabalhar, que querem produzir, que querem o seu espaço, que querem crescer e que querem desenvolver-se para o bem de sua família, da sua região e do seu estado.

Então, srs. parlamentares, queremos aqui, num primeiro momento, este ano, pedir o apoio de cada deputado para que possamos aprovar esse requerimento que propõe a criação do fórum permanente de acompanhamento da duplicação da BR-470. Esperamos que todos nós possamo-nos unir em favor dessa obra que, volto a dizer, e não vou cansar de repetir, não é a obra de um político, de um governante ou de um partido. Ela é a obra de um estado que precisa e merece ser atendido, porque tem todo o direito de ter o seu espaço.

Hoje pela manhã - e esse já é outro assunto, sr. presidente - tive a oportunidade de participar de um evento no município de Blumenau em que a prefeitura municipal - e v.exa., deputado Neodi Saretta, que já foi prefeito, vai entender o que vou falar - teve a oportunidade de fazer um gesto muito mais do que financeiro: o prefeito João Paulo Kleinübing liberou para as entidades não governamentais de Blumenau, as famosas ONGs, um recurso num valor de aproximadamente R$ 1,2 milhão. Desses R$ 1,2 milhão, cerca R$ 830 mil são recursos do fundo municipal e assistência social; cerca de R$ 180 mil são oriundos do governo federal; e R$ 215 mil, aproximadamente, são oriundos de pessoas que, através da sua declaração de Imposto de Renda, srs. deputados, e tanto pessoa física como pessoa jurídica, resolveram doar recursos para o trabalho das entidades.

Hoje, o que nós vimos no município de Blumenau foi, como eu falei, mais do que a entrega de dinheiro ou a entrega de um compromisso de deliberação de um cronograma de recursos. O que nós vimos lá foi a valorização do trabalho das organizações não governamentais, que fazem muito pela cidade.

Quem já foi prefeito - e estão aqui os deputados Neodi Saretta e Silvio Dreveck - sabe que uma cidade, para crescer e desenvolver-se, tem que ter o apoio de voluntários, de pessoas que

criam as entidades e fazem um trabalho que, muitas vezes, os governos municipal, estadual ou federal não conseguem fazer. E este trabalho das organizações não governamentais - e realmente hoje eu vi isso - é extremamente importante para o município de Blumenau, assim como eu acredito que seja importante para os outros municípios.

E neste dia a liberação de recursos simbolizou mais do que a questão financeira, ela simbolizou a valorização da organização voluntária daqueles que se dedicam, que se doam pelo trabalho.

Por isso, tive a oportunidade, nesta Casa, hoje, de acatar uma sugestão do secretário municipal de Assistência Social, Mário Hildebrandt, feita junto com as entidades, no sentido de encaminhar aqui um projeto de lei criando o dia estadual das organizações não governamentais. O dia 24 de junho seria um dia em homenagem a essas entidades, em homenagem a quem presta um trabalho voluntário.

Hoje o deputado Ismael dos Santos falou aqui na tribuna das Apaes, por exemplo. A Apae é uma das entidades que foram beneficiadas. Existem entidades que combatem questões do câncer; existem entidades que lutam pelos deficientes visuais, pelos deficientes físicos. Enfim, existem aquelas entidades que prestam um serviço fundamental para que nós tenhamos justiça social e tratamento igualitário nos municípios.

É para essas entidades que nós queremos dedicar esse dia, e é por isso, srs. parlamentares, que, da mesma forma como eu utilizei a tribuna para pedir ajuda para aprovar um requerimento para lutarmos pela duplicação da BR-470, uma obra vital para Santa Catarina, eu quero pedir o apoio também de todos os deputados para que nós possamos aprovar a criação desse dia estadual das organizações não governamentais, entidades que fazem o nosso estado ser diferente dos demais estados do Brasil. O nosso é um estado que tem qualidade de vida; um estado onde todos nós podemos bater no peito e orgulharmo-nos de ser catarinenses; um estado que mostra o jeito de ser e o valor do seu povo.

Eu tenho certeza de que essas entidades não governamentais, sediadas em locais específicos, mas coordenadas, muitas vezes, por grandes voluntários e pessoas que, às vezes, tiram dinheiro do próprio bolso para ajudá-la, merecem isso. Nós temos que valorizá-las e mostrar que vale a pena, sim, fazer o bem para Santa Catarina e vale a pena, sim, ajudar o nosso estado.

E é nesse sentido também que eu peço o apoio dos nobres deputados, porque é um reconhecimento. E todos os anos nós vamos poder lembrar do trabalho que essas entidades fazem.

Quem sabe, na próxima semana, sr. presidente, possa falar aqui de outros projetos, como o projeto que cria o dia valorizando a Pastoral da Criança no nosso estado, em homenagem à catarinense Zilda Arns, infelizmente já falecida. Há também um projeto de lei que nós protocolamos para defender o consumidor na venda de seguros, o que é algo extremamente importante e que já vem acontecendo em outros estados.

São ações como essas, representando o eleitor catarinense, representando o cidadão catarinense, que eu quero ter oportunidade de demonstrar nesta Casa durante os próximos quatro anos.

Justamente fazendo o bem para os catarinenses é que nós estaremos mostrando o quanto vale a pena as pessoas acompanharem o mandato de um deputado estadual, e não apenas acompanhar, mas também cobrar do seu deputado o efetivo trabalho em favor dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, por onze minutos, o deputado Neodi Saretta, que está voltando à nossa Casa depois de uma brilhante passagem pela prefeitura de Concórdia.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Muito obrigado, sr. presidente. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os srs. deputados e as sras. deputadas.

Antes de eu fazer uso da palavra para abordar o assunto que me motiva o uso deste espaço, quero apenas justificar também que os deputados da bancada do nosso partido, em grande parte, encontram-se em Brasília para tratar de assuntos importantes. Portanto, justificamos também, a pedido da bancada, o fato de esses deputados não estarem presentes neste momento.

Sr. presidente e srs. deputados, volto a esta tribuna para continuar um debate já iniciado em sessões anteriores, propondo algumas medidas que julgo importantes para contribuir para a melhoria da educação de Santa Catarina.

Nesta ocasião, estamos apresentando a esta Casa e aos srs. deputados - e os quais depois iremos consultar pessoalmente para saber se desejam subscrevê-la conosco - uma proposta de emenda à Constituição estadual alterando o *caput* do art. 167 da Constituição estadual, que trata do mínimo constitucional a ser gasto em educação.

É bem verdade que existe a Constituição federal que estabelece esses parâmetros, mas nada impede que estados e municípios adotem índices diferentes, obviamente desde que respeitado o mínimo estabelecido na Constituição federal.

Por isso, estamos propondo a seguinte redação ao art. 167: o estado aplicará anualmente 30%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do seu sistema de ensino.

É fundamental o aumento de recursos. Hoje, já pelas demandas que se tem na área da educação, estados, municípios e União federal devem, gradativamente, ir aumentando as parcelas destinadas à educação.

É bem verdade que quando se estabeleceu esses índices representou, na ocasião, um avanço importante. Mas hoje, dada a nova realidade, já há que se exigir o aumento desse índice.

Portanto, se queremos ter prioridade realmente para a educação, temos que ampliar os recursos.

A grande maioria das prefeituras municipais, deputado Mauro de Nadal - e v.exa. foi prefeito, assim como o deputado Silvio Dreveck -, já aplicam índices superiores a 25%.

Nós, quando fomos prefeito de Concórdia, na questão da educação tivemos a oportunidade, em todos os anos, de superar esses índices e de chegar a índices, em dados momentos, até superiores a 30%. Mas acredito que é preciso estabelecer esse mínimo como uma forma de nós garantirmos mais recursos para a educação.

Agora mesmo no início do ano letivo uma série de problemas foi verificada. E não são problemas que vieram agora, são problemas que vêm de anos, alguns problemas até naturais, mas muitos deles só serão efetivamente resolvidos com um maior aporte de recursos.

Há quem diga até que não há necessidade de haver uma emenda constitucional para que se apliquem mais recursos para a educação. É verdade, tanto é que acabo de dizer que a maioria das prefeituras aplica mais que o mínimo constitucional.

Mas é verdade também que em todo o momento em que se fala em conter despesas muitos administradores cortam exatamente nas áreas sociais - saúde, educação - e acompanham os seus índices para apenas cumprir aquilo que é o mínimo exigido.

Portanto, essa ampliação de recursos é importante e fundamental.

Quero, por isso, convidar os srs. deputados a subscreverem essa proposta de emenda constitucional, até porque para que qualquer proposta de emenda constitucional tramite nesta Casa - e v.exas. são conhecedores disso - ela precisa da assinatura de 1/3 dos deputados. Vamos trazer esse debate, deputado Sargento Amauri Soares, e depois, obviamente, cada deputado, no momento de votar o mérito da proposição, poderá fazer a sua análise, aprofundar esse tema e debater com quem achar de direito. Mas é fundamental esse aumento.

Portanto, sr. presidente e srs. deputados, quero, mais uma vez, dizer que se nós quisermos uma educação realmente de qualidade e transformadora, precisamos aumentar os recursos. E para

isso essa proposta que estamos fazendo de mudança constitucional, de aumentar de 25% para 30% os gastos mínimos do estado, da sua receita proveniente de impostos e destinada à educação, será, com certeza, um avanço e um passo importante.

Por isso, esperamos o apoio de v.exas. no primeiro momento para podermos protocolar esse projeto, dada a necessidade da subscrição dos deputados. E, num segundo momento, no seu mérito para, aí sim, a aprovação para que ela possa efetivamente tornar-se uma realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) -Já fazia um bom tempo que não tinha voltado à Mesa Diretora.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra, por até nove minutos, o sr. deputado Silvio Dreveck. E certamente os argentinos têm muita saudade da sua presença novamente na província de Alta e também em Tucumán.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu o vejo conduzindo a sessão plenária pela primeira vez, mas já está com habilidade para conduzir os trabalhos nesta Casa, e igualmente está o deputado Reno Caramori, que já conduziu os trabalhos da Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Silvio Dreveck, permita-me fazer uma correção: eu falei província de Alta, mas o correto é província de Salta.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - A província de Salta é próxima de Tucumán. V.Exa. foi uma boa companhia e, inclusive, o seu espanhol ajudou-me naquela ocasião.

Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, o assunto que me traz a esta tribuna, deputados Reno Caramori e Valmir Comin, já foi registrado por nós em outras oportunidades. E na ocasião fizemos vários apelos com relação à nossa carga tributária, à reforma política, à reforma tributária. E batemos mais na tecla em Santa Catarina, por conta do ICMS em alguns produtos, porque nós entendemos indispensável a redução do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias -, em especial no planalto norte catarinense onde existe uma diferenciação dos produtos da cesta básica em relação ao estado do Paraná.

É bem verdade que a atitude que o governador Raimundo Colombo tomou não abrangeu todos os produtos, mas ele deu um grande passo, deputado Reno Caramori, isentando a carne suína, por exemplo, um produto *in natura*, tanto em Santa Catarina como na saída para outros estados. E temos que ressaltar e reconhecer que, quando se reduz a carga tributária para quem produz, é muito favorável para a economia e para a geração de emprego. E isso melhora também a competitividade.

Além disso, o governador já determinou estudos para a redução de ICMS para o pão francês e o feijão, que também é um produto que tem diferenciação com o estado do Paraná - a alíquota do Paraná é zero, e nós vínhamos batendo nessa tecla.

Vale registrar que em pouco mais de 30 dias de governo o governador tomou atitudes importantes para a economia catarinense, deputado Antônio Aguiar. Lembro-me quantas vezes apelamos para o governo fazer essa redução de impostos dos produtos da cesta básica em Santa Catarina, para dar condições aos proprietários de empreendimentos, em especial do planalto norte, a exemplo de Porto União, Canoinhas, Mafra, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Campo Alegre, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Papanduva, Monte Castelo, Itaiópolis, entre outros municípios. Não são muitos produtos, mas é um grande passo depois de muito tempo, de muitos apelos e reivindicações.

Devemos registrar e enaltecer a iniciativa de isentar a cobrança do ICMS dos medicamentos oncológicos. Nós conhecemos muito bem essa realidade, pois tivemos a oportunidade de ser secretário da Saúde do município de São Bento do Sul e são inúmeras as pessoas que não conseguem adquirir o medicamento devido ao custo elevado. Tampouco o poder público consegue fornecer esses medicamentos diante da demanda, diante da clientela que existe.

Portanto, foi uma atitude louvável e merece o nosso reconhecimento a isenção de nada menos do que 17% de ICMS dos medicamentos para o tratamento do câncer que atinge tantas pessoas.

Por outro lado, deputado Antônio Aguiar, vejo mais uma iniciativa importante no planalto norte que devemos destacar. E vi que v.exa. até fez uma indicação, mas quero ressaltar, acima de tudo, a iniciativa da Rigesa, em Três Barras, em investir nada menos do que US$ 480 milhões na indústria de papel, o que gerará nada menos do que 800 empregos. Isso é bom para Três Barras, é bom para Canoinhas, é bom para Porto União, para o planalto norte, para Santa Catarina e para o Brasil.

Penso que é necessário investir no aeroporto de Três Barras - e v.exa., deputado Antônio Aguiar, fez uma indicação no dia de hoje, sobre esse assunto -, e, certamente, será necessário acelerar a execução desse projeto. No jornal ANotícia de hoje, o jornalista Cláudio Loetz, que é conhecedor da economia e a acompanha muito bem no estado, comentou sobre os trabalhos para a elaboração do projeto visando a expansão do aeroporto de Três Barras, no planalto norte catarinense, com a finalidade de permitir a utilização comercial e regular. Obviamente que está só no projeto, e ainda temos muito que acelerar para dar condições à obra, até porque o projeto da Rigesa, os investimentos, são para 2012.

Outro fato importante, srs. deputados, que nos cabe colaborar, inclusive a nossa bancada já fez uma moção encaminhada ao Congresso Nacional, em especial a comissão que está tratando desses assuntos, diz respeito à reforma política, tributária e previdenciária, sobre o qual estamos falando há dezenas de anos ou pelo menos há duas dezenas de anos. Vamos torcer para que a presidente Dilma Rousseff, além do sinal, além do seu discurso, coloque na pauta a reforma política, a reforma tributária e a reforma previdenciária.

Quanto à reforma política, demos a nossa contribuição com essa moção, deputado Antônio Aguiar, e o senador José Sarney está tomando a iniciativa, ou melhor, se não elaborou está elaborando a alteração da data da posse dos governadores e do presidente da República. É louvável essa atitude, porque posse no dia 1º de janeiro é descabida, para não dizer outra coisa.

O que nos chama atenção é que o senador esqueceu que os prefeitos tomam posse no dia 1º de janeiro. Parece-me que os nossos legisladores quando estão lá no Congresso Nacional esquecem-se dos prefeitos e dos vereadores, mas quando precisam de votos nos procuram.

O importante é que se unifique essa posse para o primeiro dia útil do início de cada legislatura para não cair no dia primeiro do ano. Além disso, é importante ressaltar que é preciso, necessário e indispensável adotar calendário único para as eleições, de vereador a presidente da República, e vai depender do nosso esforço, do nosso empenho, para sensibilizar os deputados federais e senadores.

Eu volto ao assunto, sr. presidente, em outra oportunidade para comentar com mais profundidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0008/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0009/2011 e 0010/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0011/2011, 0012/2011, 0013/2011 e 0014/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0015/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 0016/2011, de autoria Dóia Guglielmi, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0013/2011 e 0014/2011, de autoria do deputado Dado Cherem; 0015/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0017/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0018/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0019/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0020/2011 e 0021/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0022/2011

e 0023/2011, de autoria Carlos Chiodini; 0024/2011, de autoria do deputado José Nei Alberton Ascari; 0025/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Requerimento n. 0016/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann e outros, que solicita a instalação de um Fórum Parlamentar Permanente para acompanhamento da duplicação da rodovia BR-470.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, para discutir, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, já tive a oportunidade de ocupar a tribuna para falar sobre esse assunto, e quero aqui, novamente, pedir o apoio a todos os deputados, obviamente, para a aprovação do mesmo. Gostaria de pedir para que os deputados possam, através de seus líderes, serem indicados para compor esse fórum, deputados que tenham algo a ver ou tenha proximidade na sua residência, mas que tenha proximidade com a BR-470.

Precisamos dos deputados estaduais que estejam passando pela BR-470, praticamente todos, deputado Joares Ponticelli, que residam acerca da BR-470, que vivem o problema, que conhecem esse problema, para que possam participar desse fórum, para que possamos realmente tornar essa bandeira não uma bandeira de um partido político ou a bandeira apenas de um Poder Legislativo, mas a bandeira, acima de tudo, do povo catarinense em favor de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sobre esse assunto, sr. presidente, gostaria apenas de manifestar apoio e engajar-me nessa luta com o deputado Jean Kuhlmann, como deputado nascido no alto vale do Itajaí, onde vivi metade da minha vida, e dado os compromissos que tenho com toda aquela região, com as minhas raízes, desde Pouso Redondo, e pela votação que também tivemos nos credenciando, habilitando, para representar aquela região.

Quero solicitar ao meu líder, deputado Sílvio Dreveck, para que possa indicar-me, pelo meu vínculo com o alto vale do Itajaí, para que possamos participar juntamente com o deputado Jean Kuhlmann, certamente com os deputados Jorge Teixeira, Dado Cherem, Gilmar Knaesel, Aldo Schneider, e com todos aqueles que têm vínculos com o alto vale do Itajaí. Essa é uma boa iniciativa e solicito ao meu líder a indicação do meu nome para compor esse fórum.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, apenas quero fazer aqui uma manifestação.

O Requerimento n. 0013/2011 diz respeito ao falecimento de um amigo e quero aqui fazer uma homenagem ao grande radialista catarinense que foi a óbito, na cidade de Blumenau, na semana passada. Depois de ficar dois anos na fila do transplante ele conseguiu um órgão para ser transplantando, mas 24h após a cirurgia ele faleceu.

Para todos nós ele é um ícone da rádio catarinense que veio de São Miguel d'Oeste, James Moura, instalando-se no município de Balneário Camboriú. Uma pessoa dedicada, inteligente, culta, amiga e leal que deixou nos meios de comunicação da nossa região, além da tristeza pela sua partida, também um sentimento de uma pessoa de bem, de uma pessoa correta. Quero aqui, em meu nome e também em nome dos tucanos de Balneário Camboriú, prestar essa homenagem a esse homem de rádio que fez o seu nome na Rede Peperi, em São Miguel d'Oeste. Tivemos a alegria e o prazer de tê-lo conosco nos últimos anos. Fica aqui a minha homenagem a esse grande radialista e os nossos sentimentos sinceros e verdadeiros à sua mulher e aos seus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dado Cherem, esta Casa também se solidariza com a sua homenagem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, sr. presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não poderia deixar de me juntar à proposição do deputado Jean Kuhlmann, que foi aqui endossada pelos demais deputados daquela região, porque a instalação do fórum é muito importante, pois ele cria toda uma articulação especial e mobiliza as forças vivas daquela região para que possamos sensibilizar, definitivamente, o governo federal que não cumpriu com o compromisso assumido com a nossa comunidade quando há alguns anos se comprometeu em duplicar a BR-470, a BR-280 e concluir o acesso da BR-101.

Portanto, não é só uma questão de trânsito, de tráfego, de mobilidade urbana para Indaial e Blumenau, é uma questão de preservação de vidas. Digo isso porque a minha família foi vítima de dois acidentes fatais envolvendo meus irmãos. E quando se trata de preservação de vidas, precisamos trabalhar com rapidez, com sensibilidade e buscar aquilo que é de direito para Santa Catarina, que é a duplicação da BR-470, que não se trata de nenhum favor para Santa Catarina, mas pura e simplesmente de devolver parte de uma soma vultosa de recursos que mandamos todos os dias para os cofres, em Brasília.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência comunica que a assessoria tomará providências para encaminhar e fazer com que esse fórum seja implementado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero somente agradecer a todos os deputados o acolhimento e registrar novamente a minha gratidão. Com certeza esse fórum só vai funcionar se todas as bancadas se envolverem nessa causa que, como falei, não é de um partido, mas do estado, de todos aqueles que querem o bem do povo catarinense.

Solicito que os líderes indiquem até a próxima semana os membros de cada bancada que farão parte desse fórum, para que, na terça-feira ou na quarta-feira, fazermos a primeira reunião de discutir desse assunto.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, queremo-nos somar à iniciativa, parabenizar o deputado Jean Kuhlmann e dizer que o nosso nome está desde já à disposição para participar desse fórum que vai lutar pela duplicação da BR-470 e pelo vale do Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Moção n. 0002, de autoria da liderança do PP, solicitando ao presidente do Congresso Nacional a inclusão de nova data para a posse dos prefeitos municipais no Projeto de Emenda Constitucional que altera as datas da posse do presidente da República e dos governadores de estado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, desejo apenas reforçar nosso pedido e solicitar a todos os colegas o seu apoio.

Deputado Elizeu Mattos, não tem cabimento discutir no Congresso Nacional a alteração da data da posse somente do presidente da República e dos governadores. Como fica a posse dos prefeitos, que ocorre no mesmo dia em todo o país? Então, estamos pedindo que nessa emenda constitucional seja incluída a alteração também da data de posse dos prefeitos e vereadores.

Esse é o apelo da bancada do PP e pedimos o apoio das demais bancadas para que essa moção chegue ao Congresso Nacional e tenha ressonância e seja acolhida nas duas Casas.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, para discutir, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, a nossa bancada, ao discutir esse assunto ontem e ao decidir pelo encaminhamento dessa moção, fez isso por conta das notícias veiculadas pela imprensa nacional, dando conta de que o presidente do Senado José Sarney está começando a recolher assinaturas para a transferência da posse do presidente da República para o dia 10 de janeiro e a posse dos governadores para o dia 5 de janeiro.

A imprensa não veiculou, deputado Manoel Mota, nenhuma notícia sobre a mudança da data da posse dos prefeitos e vereadores, que é aquela que envolve um grande número de agentes públicos. São 5.560 prefeitos e quase 100 mil vereadores que a cada quatro anos, no dia 1º de janeiro, feriado e confraternização universal, têm que deixar a família e uma série de outras atividades para cumprir esse dispositivo constitucional.

A nossa sugestão da mudança para o primeiro dia útil retira qualquer problema referente ao encerramento do exercício fiscal e financeiro, porque os mandatos vão continuar terminando no dia 31 de dezembro.

Portanto, o exercício fiscal e financeiro continuará encerrando no último dia do mandato, uma vez que a posse vai ser sempre, deputado Silvio Dreveck, no dia dois de janeiro, a exceção do ano em que o dia primeiro cair no sábado, porque nós vamos ter o domingo dia dois e a posse no dia três. Portanto, não vai haver nenhum problema de ordem fiscal, no encerramento do exercício, deputado Renato Hinnig, porque a posse, sendo no primeiro dia útil, não vai haver nenhum problema. O mandato vai continuar terminando em 31 de dezembro. Naturalmente que no dia 31 de janeiro, ou dia dois, quando o dia primeiro cair no sábado, nenhuma administração municipal vai fazer algum ato nesse dia, portanto não há implicação no encerramento do exercício financeiro, não há nenhuma dificuldade.

Então nós entendemos que o Congresso precisa incluir essa proposta de fazer transferir a posse de prefeito e vereadores para o primeiro dia útil do ano após a eleição.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - As coisas estão mudando e vou fazer uma solicitação que nunca fiz à bancada do PP: se eu posso subscrever essa moção juntamente com a bancada, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Com toda a certeza, sr. presidente, e até ficamos lisonjeados em poder contar com mais um deputado. E se puder ser em nome da bancada, melhor ainda. Porque o deputado Manoel Mota, como líder da bancada, está-se manifestando favorável e também subscreve. E os demais partidos nós acolhemos com muita satisfação, o que é meritório e justo.

Então, sr. presidente, agradecemos a subscrição dos demais deputados desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com o consentimento do deputado Silvio Dreveck e do deputado Manoel Mota, a bancada do PMDB subscreve a moção.

O Sr. Deputado Manoel Mota- Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) -

Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu gostaria que essa moção contasse com a bancada do PMDB, não apenas com o voto individual. Nós apoiamos a iniciativa do deputado Silvio Dreveck. E subscrevemos, em nome da bancada do PMDB, porque entendemos que é importante. Temos tido problemas e mais problemas, assim construímos um novo caminho e uma data que é possível para todos estarem presentes.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, a bancada do PSDB, também com a permissão da liderança do PP, gostaria de subscrever essa moção. E nós que somos deputados do litoral sofremos muito, porque na posse do mandato de um novo prefeito, na mudança do dia 31 para o dia primeiro, é um verdadeiro caos no município pelos turistas chegando e naquela data ter que trocar o prefeito. Se pega um prefeito correto, honesto, que faz a transmissão de cargo corretamente, não há susto, mas se pega um prefeito que tem outras intenções ao deixar o mandato para outro, realmente pode causar um tumulto muito sério no município. E as cidades do litoral vivem esse problema.

Então quero aqui parabenizar a bancada do PP e, se possível, irmanar na assinatura desta moção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, a bancada do Democratas também quer subscrever, com a autorização do deputado Silvio Dreveck, essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica também o registro da bancada do Democratas.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita informações ao governador do estado sobre a prestação do serviço de guincho no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados e sras. deputadas, encerramos a Ordem do Dia.

Eu quero primeiro registrar e agradecer a todos os líderes de todos os partidos e, em nome dos líderes dos partidos políticos, agradecer todos os srs. deputados e todas as sras. deputadas.

No dia de ontem nós iniciamos uma tratativa que já vinha sendo assunto do nosso deputado Gelson Merisio e que na sua ausência e na nossa interinidade tivemos a compreensão, tivemos o apoio de todos os srs. líderes e de todos os srs. deputados e sras. deputadas. Sendo assim, conseguimos no dia de hoje trazer ao plenário desta Casa a nominata de

todos os srs. deputados que vão participar das comissões desta legislatura.

Assim, deixo o meu agradecimento e um ato da Presidência da Mesa.

(Passa a ler.)

"Ato da Mesa n. 001-DL, de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições resolve

DESIGNAR, de acordo com os arts. 25, parágrafo único, e 65, inciso III, letra 'a', do Regimento Interno, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA: Deputado Romildo Titon, Deputado Sargento Amauri Soares, Deputado Joares Ponticelli, Deputado José Nei Alberton Ascari, Deputado Dirceu Dresch, Deputado Volnei Morastoni, Deputado Luiz Eduardo Cherem, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Elizeu Mattos;

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO: Deputado Marcos Vieira, Deputado Gilmar Knaesel, Deputado Sargento Amauri Soares, Deputado Silvio Dreveck, Deputado Manoel Mota, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Neodi Saretta, Deputado Darci de Matos, Deputado Aldo Schneider;"

Quando falo da comissão de Finanças e Tributação e da comissão de Constituição e Justiça, quero dizer que vamos fazer hoje a leitura dos membros e deixar para que os membros possam determinar a hora e o dia para fazer a reunião e eleger o presidente e o vice-presidente de cada comissão.

Mas quero fazer um pedido e também ressaltar que não há nenhuma comissão melhor do que a outra, mas sem essas duas comissões instaladas dificilmente a Casa vá funcionar. Então, se a comissão de Constituição e Justiça e a comissão de Finanças e Tributação pudessem até segunda-feira ou até terça-feira, de manhã, eleger o seu presidente e o seu vice-presidente, para já na terça-feira poder iniciar as suas reuniões ordinárias, seria importante.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, essa sua recomendação é fundamental, derivou da reunião que fizemos com a liderança, deputado Elizeu Mattos, foram três reuniões.

Parabéns a todas as bancadas e ao senhor pela articulação. É fundamental, reforçando o que o senhor coloca, que na terça-feira a comissão de Constituição e Justiça possa estar instalada e trabalhando e na quarta-feira a comissão de Finanças e Tributação, porque o trabalho das demais comissões derivam ou dependem dessas duas comissões. E aí a Casa já poderá começar a atuar nas comissões, pois a instalação dessas duas comissões é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Darci de Matos.

"Comissão de Segurança Pública: Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Sargento Amauri Soares, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Marcos Vieira, Deputado Jean Kuhlmann, Deputada Ada De Luca, Deputado Volnei Morastoni; "

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer que o PMDB, ontem, teve uma missão: o deputado Carlos Chiodini havia sido convidado para ser presidente da comissão de Saúde e abriu mão para nós compormos na bancada do PT. E a mesma coisa aconteceu hoje, ou seja, o deputado Dado Cherem fez um apelo para que o deputado Maurício Eskudlark fosse membro da comissão de Segurança Pública, e o PMDB de novo abriu mão.

Então, isso mostra que é um partido que é governo, foi governo, está preparado e sabe dividir o que é importante para todos. Assim, está havendo aqui unidade e consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Eu vou anunciar os nomes da comissão de Saúde.

"Comissão de Agricultura e Política Rural: Deputado Aldo Schneider, Deputado Narcizo Parisotto, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Dirceu Dresch, Deputado Dóia Guglielmi, Deputado José Nei Ascari;

Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Ampara à Família e à Mulher: Deputada Ada De Luca, Deputado Maurício Eskudlark, Deputada Angela Albino, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Ismael dos Santos, Deputado Romildo Titon, Deputada Luciane Carminatti;

Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano: Deputado Valmir Comin, Deputada Angela Albino, Deputado Jean Kuhlmann, Deputado Manoel Mota, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Volnei Morastoni, Deputado Marcos Vieira;

Comissão de Educação, Cultura e Desporto: Deputado Carlos Chiodini, Deputado Sargento Amauri Soares, Deputado Joares Ponticelli, Deputado Ismael dos Santos, Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Gilmar Knaesel."

Quanto à comissão de Saúde, o deputado Manoel Mota fez o registro e eu quero também, deputado Dado Cherem, cumprimentá-lo e agradecer o encaminhamento do deputado Carlos Chiodini, que dentro da bancada tinha sido indicado para ser o presidente da comissão de Saúde e no entendimento consentiu que nós pudéssemos fazer essa permuta com o PT, com o deputado Neodi Saretta, de presidir essa comissão e o PMDB a comissão de Educação, Cultura e Desporto.

E quero fazer o registro de que o deputado Dado Cherem no dia de hoje também pretendia ser o presidente da comissão de Saúde, num gesto de desprendimento, concorda que o deputado Carlos Chiodini seja o vice-presidente.

"Comissão de Saúde: Deputado Dado Cherem, Deputado Sargento Amauri Soares, Deputado Valmir Comin, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Carlos Chiodini, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Volnei Morastoni;

"Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público: Deputada Angela Albino, Deputado Altair Guidi, Deputado Silvio Dreveck, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Elizeu Mattos, Deputado Manoel Mota, Deputado Maurício Eskudlark;

Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia: Deputado José Milton Scheffer, Deputada Angela Albino, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Carlos Chidioni, Deputado Renato Hinnig, Deputado Dirceu Dresch, Deputado Dóiar Guglielmi;

Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul: Deputado Narcizo Parisotto, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Elizeu Mattos, Deputado Renato Hinnig, Deputado Neodi Saretta, Deputado Dóia Guglielmi;

Comissão de Turismo e Meio Ambiente: Deputado Gilmar Knaesel, Deputado Altair Guidi, Deputado Valmir Comin, Deputado Jorge Teixeira, Deputado Renato Hinnig, Deputada Ada De Luca, Deputado Neodi Saretta;

Comissão de Pesca e Aquicultura: Deputado Dóia Guglielmi, Deputado Altair Guidi, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Darci de Matos, Deputado Manoel Mota, Deputado Aldo Schneider, Deputado Padre Pedro Baldissera;

Comissão de Legislação Participativa: Deputada Angela Albino, Deputado Silvio Dreveck, Deputado José Nei Ascari, Deputado Manoel Mota, Deputado Romildo Titon, Deputado Padre Pedro Baldissera, Deputado Maurício Eskudlark."

Srs. deputados, mais uma vez eu quero agradecer a todos o apoio que tive e o empenho de todos os líderes e de todos os deputados.

Nós então deixamos estabelecido que a partir desse momento cada comissão pudesse se reunir dentro do tempo e do dia que achar melhor, sempre com pleito de que nós possamos até terça-feira, se possível, ter todas as comissões estarem instaladas, mas principalmente as comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação.

Parabéns a todos os deputados e muito obrigado!

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, trago a esta Casa uma questão muito polêmica. E quero pedir aos nobres pares desta Casa para que possamos refletir sobre ela no sentido de buscar uma alternativa.

Nesses últimos anos recebemos o título de o estado mais preparado para receber turistas. Somos o principal estado no ramo de turismo. Temos hoje balneários de primeiro mundo em nosso estado. E é importante esse investimento. E o que aconteceu? As aulas começaram no dia primeiro, enquanto que o Carnaval vai ser no dia 5 do próximo mês. E não dá para mais vivermos no litoral com essa situação.

Portanto, é preciso criar um calendário capaz de agregar o estudo e também o turismo. Já pensou em investimentos dos empresários que investem milhões e milhões para atrair turistas e daí em um mês acabou tudo? Desapareceu tudo?

Então, acho que é preciso trabalha, em um conjunto de 40 deputados, para implantar um calendário capaz de agregar os estudos com uma grande infraestrutura para o turismo.

Foi vendido no Brasil e no mundo o potencial do nosso estado. Muitos e muitos países estão visitando o nosso estado. Mas temos que ter uma estrutura sólida, porque São Paulo, Paraná, Minas Gerais, visitam Santa Catarina. E aí o que acontece? Estamos desamparados, porque esse calendário precisa ser mudado, precisa ser discutido.

Eu sei do problema da Educação para cumprir o calendário, mas tem que diminuir em julho alguma coisa, aumentar em dezembro, para podermos transformar Santa Catarina em um estado turístico, preparado para receber os turistas do Brasil e do mundo.

Por isso, acredito que é um tema muito polêmico. E precisamos discutir com o secretário da Educação, com o governador do estado, com o sindicato da Educação, para encontrarmos uma forma de um calendário para garantir os investimentos dos empresários que investem na área do turismo e que ficam aí numa situação difícil, porque eles têm apenas um mês e depois tudo desaparece, porque temos a volta às aulas. Automaticamente, o turismo já morreu.

Então é preciso, sim, trabalharmos, e muito, para encontrarmos um calendário capaz que atenda à Educação sem usar nenhum sacrifício, mas que tenhamos no mínimo 60 dias de turismo em Santa Catarina.

Aqueles que gostam de visitar Santa Catarina precisam ter a certeza de que vêm para cá e têm a garantia dos investimentos, para que tenhamos essa grande fonte de renda ainda sem chaminé que gera emprego, que gera renda, que melhora a qualidade de vida do cidadão e que não polui, que é o turismo.

Então, é preciso discutir esse calendário com muita responsabilidade, é preciso encontrar uma saída. Eu estou levantando uma questão polêmica, mas muito importante para Santa Catarina, e também muito importante para o nosso litoral. Eu estou entrando, nos próximos dias, com um requerimento para fazer uma discussão profunda, a fim de que se possa encontrar um caminho para garantir, nos próximos anos, no mínimo, 60 dias de turismo, de investimento na área e se possa atrair o turista, essa renda tão importante para o nosso estado.

Eu queria também levantar outro ponto complicado. No Brasil, é muito bom ir ao supermercado e comprar produtos baratos. Mas quem é que está pagando esses produtos, deputado Valmir Comin? Quem está pagando é o colono, que está plantando, que está quebrando, que se está suicidando por causa disso. Uma pessoa do ramo, quando foi pagar as suas contas e não conseguiu pagar, acabou se suicidando.

O arroz, que estava custando R$ 30,00 a saca, baixou para R$ 22,00, porque tinha entrado no supermercado arroz do Paraguai, da Argentina, que é mais barato. E o que é que acontece? Nada. No Brasil, o agrotóxico tem que ser examinado para ser usado, mas se compra arroz da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, como qualquer tipo de agrotóxico. E aí não há problema, não mata o brasileiro.

Então, são necessárias algumas medidas para garantir a produção, a área produtiva, o homem do campo, aquele que produz a riqueza deste país, que mantém o ICMS, que garante o fortalecimento do estado, da União e que está passando por grandes dificuldades. Haverá uma mobilização no sul de Santa Catarina. Querem bloquear a BR-101 com máquinas porque estão para perder as máquinas. Então, antes de perder, vão fazer de tudo. Querem fechar a BR-101 por quatro horas, e se isso acontecer, a fila não vai chegar até Florianópolis, vai chegar até Curitiba.

Por isso precisamos encontrar uma solução antes que sejam tomadas medidas duras e radicais. Mas eles são obrigados a fazer isso para poderem ser atendidos. Eles estão gritando por uma solução e não são atendidos. Então, precisam tomar medidas para serem atendidos. Este é o Brasil.

Como foi que duplicamos a BR-101? Fechando a BR, e por isso respondo a quatro processos. E isso fez com que a ideia fosse amadurecendo, pois não aguentavam mais os deputados fechando a estrada.

A duplicação não está toda pronta, mas pelo menos está acontecendo. Alguns trechos estão caminhando a passos de tartaruga, outros já foram concluídos por empresas mais responsáveis e outros estão com gargalos, como o trecho da Ponta da Cabeçuda, onde se leva uma hora para percorrer cinco quilômetros. Então, é preciso trabalhar.

Nós temos também um problema com os suinocultores que estão passando por um ano difícil, para quem trabalha no campo, para quem trabalha 24 horas por dia, porque eles dependem da chuva, do sol, mas acabam se prejudicando com as tempestades, com a chuva de granizo que às vezes destrói a sua produção, e hoje eles estão sem perspectiva.

Por isso é preciso que o Parlamento ajude, dê a sua contribuição. Estou levantando uma questão que é importante, porque nós, em Santa Catarina, somos um dos maiores produtores de arroz. E eu peço que quando ocorrer o movimento, a mobilização, o Parlamento se faça presente para dizer que está solidário, que está com esse pessoal que é da área produtiva, que ele merece todo o nosso respeito e carinho, porque alguns produtores irão ficar sem as suas terras, sem as suas máquinas. Como uma pessoa já se suicidou, outros casos podem ocorrer. No Rio Grande do Sul eles também estão desesperados.

Então, é preciso levantar essa questão para sabermos como solucioná-la. O Parlamento catarinense, que sempre esteve ao lado da população, principalmente na área produtiva, tem que, mais do que nunca, ser solidário e ajudar. Se for preciso ir a Brasília, vamos a Brasília para defendermos a área produtiva, os homens que produzem para o bem deste país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda em Explicação Pessoal, inscrito para falar o nosso amigo deputado Valmir Comin, que me substituiu na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Com muita honra, fui presidente daquela comissão por seis vezes, por isso tenho certeza de que v.exa., como conhecedor do transporte, fará um trabalho de acordo com o nosso Regimento Interno e com a Constituição.

Parabéns!

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, que ocupa a segunda secretaria, neste ato presidindo esta sessão, srs. deputados, quero dizer do prazer e da satisfação em poder voltar pelo quarto mandato consecutivo a este Parlamento e dizer que tem sido um presente, um eterno aprendizado a convivência com as sras. deputadas e com os srs. deputados nesses 12 anos que tive o prazer e a honra de poder aqui estar e compartilhar com cada um de vocês.

Quero falar, sr. presidente, da minha satisfação em poder substituí-lo na comissão de Transportes, comissão que v.exa. presidiu por vários biênios, e da minha satisfação, pelo terceiro biênio consecutivo, em fazer parte da Mesa Diretora desta Casa, para a qual v.exa. passa a ser o nosso interlocutor da bancada dos representantes progressistas e catarinenses. Venho dizer da satisfação em participar dessa comissão, tendo em

vista os temas que precisamos abordar de obras estruturantes para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Tenho falado reiteradas vezes que o estado detém 1,1% do território nacional, compreende basicamente 5,6% das exportações do nosso país, 4,7% do Produto Interno Bruto e em dez anos aumentou nove vezes a arrecadação do seu estado, diferenciando-se dos demais estados da Federação. Mas é inadmissível, por exemplo, que no porto de Itajaí um navio de carga leve em média oito dias para fazer o carregamento e o descarregamento ou o descarregamento e o carregamento do material, custando apenas US$ 33 mil por dia. Não há condições de competir dessa forma. Quando os asiáticos, os chineses chegam aqui com os panamás por esse mar sem fim, tornando uma concorrência desleal...

Isso sem falar na ferrovia, que ficou estagnada desde 1961, do governo de Juscelino para cá; no estado das nossas rodovias, nos programas rodoviários; na questão dos nossos aeroportos, enfim, obras importantíssimas para alavancar o escoamento da produção desse celeiro que é o estado de Santa Catarina para o Brasil e para o mundo.

Eu espero poder, na condição de presidente dessa comissão, juntamente com os meus pares, poder desenvolver um trabalho de audiências buscando comungar os interesses, trazendo a responsabilidade do governo, das autoridades competentes, a fim de façam um debate, uma discussão a respeito, para que possamos otimizar tempo, custos e proporcionar, com certeza, ainda mais o *start* da economia, proporcionando qualidade de renda e oportunidade de emprego ao nosso povo e à nossa gente.

Eu tenho a satisfação de poder voltar aqui, amigo Dóia Guglielmi, com os nossos deputados do sul, que são oito deputados, e aqui faço questão de mencioná-los: deputado Altair Guidi, que já é veterano nesta Casa; deputado Joares Ponticelli, nosso líder e presidente do partido; José Milton Sheffer, que foi presidente da Fecam, prefeito por dois mandatos no município de Sombrio, que foi uma revelação e uma grande surpresa para o nosso partido; deputado Manoel Mota, que já é mais do que penta; deputado José Nei, que é estreante neste Parlamento, mas que tem experiência como prefeito e também como secretário de estado; deputada Ada De Luca, que vai ocupar a pasta na Justiça com sua longa experiência, além dos três federais: deputado Ronaldo Benedet, que deixou este Parlamento e com quem tivemos a satisfação de conviver por três mandatos; deputado Jorge Boeira e o deputado Edinho Bez. Esperamos em breve ver também a deputada Romana assumindo o Congresso Nacional para o bem do estado e da nossa região.

Nós temos algumas obras estruturantes no nosso grande sul como a barragem do rio do Salto, que tivemos a oportunidade de apresentar dentro de uma ação conjunta, deputado Manoel Mota. V.Exa. também foi consignatário encabeçando esse projeto, em que estão garantidos recursos no PAC na ordem de R$ 13 milhões, para que o governo possa fazer efetiva desapropriação do restante dos moradores da comunidade de Areia Branca.

Temos o projeto da Translitorânea, R$ 18 milhões já no Orçamento, R$ 15 milhões para o projeto e R$ 3 milhões para as questões ambientais, exigindo uma monta de aproximadamente R$ 470 mil a R$ 1 bilhão, o que vai integrar os portos de Santa Catarina através da rede ferroviária.

A questão da ferrovia do frango do oeste de Santa Catarina é outra obra imprescindível para o desenvolvimento e escoamento da produção, principalmente na região avícola e suína daquela região.

Com relação aos programas rodoviários, precisamos determinar que os prazos sejam cumpridos na sua íntegra e a execução das obras iniciadas e concluídas.

Eu me sinto entristecido em fazer uso da tribuna para falar, por exemplo, da rodovia que liga Treviso a Lauro Müller, que encurta o planalto ao litoral, que há oito anos foi iniciada e não chega a 18% da sua obra concluída. Foi uma ação que fizemos em conjunto, deputado Manoel Mota, com os deputados do sul, em que alocamos recurso no Orçamento, mas é preciso vontade do governo, vontade política, decisão! Cunho político para fazer acontecer!

São por essas e outras razões que tivemos a oportunidade, e quero aqui agradecer à minha bancada, através do meu líder Silvio Dreveck, pela oportunidade de fazer parte das comissões, como presidente e membro, de Saúde e de Turismo e Meio Ambiente.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado, e dizer da importância da força dos parlamentares do sul, porque nós tivemos duas missões. A primeira foi colocar o PPA, que também não havia. Senão tivéssemos colocado o PPA, não teria como ir para o Orçamento. Então, foram duas missões fundamentais para a barragem do Rio do Salto, em que todos os parlamentares do sul contribuíram. Hoje, aquela situação desesperadora daquela população está mais controlada, porque sabem que está no Orçamento e que vamos cumprir essa missão. E com certeza vamos cumprir.

Quero parabenizar v.exa. e dizer que todos juntos somos muito mais importantes para o sul de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Vou incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento.

Além do contorno viário de Criciúma, da via rápida para chegar à BR-101, no aeroporto regional, da termoelétrica do projeto Usitesc, da geração de energia a partir do carvão, que também está saindo agora do papel para ser colocado em prática, vai gerar 4.500 empregos diretos. E a grande obra é com certeza a redenção de todo o desenvolvimento da economia de Santa Catarina e, de maneira especial, do sul, que é a duplicação da BR-101, em ritmo lento, em passos de tartaruga.

Nós teremos, também, a oportunidade de cobrar, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e deste Parlamento, ações enérgicas para que realmente o governo federal, que é o gestor desse projeto, possa proporcionar a conclusão dessa tão esperada e sonhada obra para o bem de todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Inscrito o sr. deputado Renato Hinnig, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é com alegria que ocupamos a tribuna pela primeira vez nesta legislatura.

Eu queria aproveitar a ocasião para dar boas-vindas e desejar muito sucesso aos colegas parlamentares que estão iniciando a sua primeira legislatura neste momento importante para Santa Catarina. Espero que tenham muita realização pessoal nos seus mandatos e que possam, no exercício deles, contribuir com a sociedade catarinense para melhorar a qualidade de vida da nossa população.

Também quero cumprimentar os parlamentares, a Mesa Diretora desta Casa, por ter feito rapidamente um trabalho de articulação, pela sensibilidade por parte dos deputados para a formação das comissões que ficaram definidas na data de hoje, o que possibilita, a partir de agora, à Assembleia Legislativa que inicie, de forma plena, os seus trabalhos legislativos neste ano de 2011 e que os projetos possam, a partir da semana que vem, ser apreciados depois da instalação das diversas comissões.

Ocupo também este espaço para registrar a minha alegria e a minha satisfação pela sensibilidade do governador Raimundo Colombo e sua equipe com relação à reforma administrativa que virá para esta Casa nos próximos dias, atendendo a um pleito nosso, pois estamos, desde o início do mês, ouvindo diversas lideranças que trabalham nessa questão da diversidade de etnias que temos em Santa Catarina, as quais trouxeram uma proposta para que fosse incluída na estrutura de governo a diversidade racial no nosso estado.

E hoje recebemos a confirmação do secretário Antônio Ceron de que a proposta foi aceita, está sendo inserida na reforma administrativa e que, portanto, vai passar a fazer parte da estrutura formal do governo do estado, que é a Coordenadoria da Diversidade Racial.

Isso, sem dúvida nenhuma, é, para Santa Catarina, extremamente importante, porque no nosso estado temos uma diversidade racial muito grande, temos italianos, alemães, portugueses, libaneses, árabes, negros, índios, enfim, as mais diversas etnias. E todas elas, deputado Reno Caramori, têm, de alguma foram, as suas organizações, que cultivam as tradições, que cultivam a sua cultura e que precisam desse apoio institucional do governo do estado, para que seja feito todo um trabalho de apoio, a fim de que se abra a possibilidade de acionar recursos do governo federal, que já estão disponíveis, inclusive, dentro das políticas públicas de igualdade racial em Santa Catarina.

Eu não tenho dúvida de que essa medida aprovada agora pelo governador Raimundo Colombo e que certamente vai merecer o apoio e a aprovação dos srs. deputados, vai impulsionar ainda mais a possibilidade de avançarmos nesse trabalho de preservação da cultura de diversas etnias de Santa Catarina, através justamente dessas entidades.

Eu, que acompanho faz algum tempo o trabalho determinado feito com muita vontade pelas lideranças que atuam na questão da diversidade racial, não tenho dúvidas de que uma política de governo voltada àquilo que o governador Raimundo Colombo tem colocado, ou seja, a preocupação do governo com as pessoas, vem bem ao encontro daquilo que sua excelência pregou durante a campanha e que mereceu a aprovação ampla e irrestrita da população de Santa Catarina, já que venceu a eleição no primeiro turno.

Sr. presidente e srs. deputados, essa é uma medida que vem bem na direção do fortalecimento desse trabalho e que propiciará que tenhamos em Santa Catarina o fortalecimento do trabalho de todas as etnias.

Estou bastante contente com esse encaminhamento, já que sempre tive o entendimento de que vamos fazer um grande trabalho na questão da diversidade racial se apoiarmos todas as iniciativas, como a realização de eventos e as atividades culturais. Tudo isso vai produzir efeitos rápidos no sentido de organizar ainda mais esse tipo de iniciativa, que até agora contava tão-somente com a vontade e a determinação de algumas poucas pessoas que se atreviam a organizar entidades para cuidar dessa questão. Com essa organização do governo do estado e também com a política pública já institucionalizada pelo governo federal, vamos ter grandes avanços nesse aspecto.

Era isso, sr. presidente, o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, realmente hoje esta Casa está sendo muito prestigiada. Queremos registrar a presença do vereador de Imaruí; dos vereadores de Porto União: Joaquim, Paulo e Alex; e do Britão, que é um jornalista e comunicador. Realmente é uma satisfação para nós, deputados, recebermos essa visita na Casa, que sempre é uma visita de trabalho, trazendo reivindicações e aspirações lá da região.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Esta Presidência registra a presença dos nossos amigos e retribui os votos de uma feliz estada na nossa querida capital. E queremos dizer que estamos aqui à disposição! O Britão, que é o nosso representante da imprensa de Porto União da Vitória, é um homem que anima os ouvintes da Rádio Verde Vale e é do jornal *O Comércio*. Nós o conhecemos de longa data e ele é uma pessoa expoente.

E agradecemos também a visita dos nossos vereadores, que têm a responsabilidade do Parlamento municipal.

Sintam-se à vontade!

O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, presidente do Partido Progressista, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. deputado Reno Caramori, nosso presidente, v.exa. simplificou. Como o radialista é muito ouvido em toda a região, gostei do termo que v.exa. usou: Porto União da Vitória. Portanto, já fundiu. E certamente essa deve ser a audiência da rádio naquelas duas importantes cidades, uma em Santa Catarina e outra no Paraná.

Mas, pelo que estamos vendo, deputado Reno Caramori, o deputado Maurício Eskudlark é mais um dos deputados por toda Santa Catarina. Ele começou, deputado José Milton Scheffer, saudando as lideranças de Imaruí e chegou quase ao Paraná. Ele foi até lá pertinho, na divisa com União da Vitória. E isso é fruto do trabalho de v.exa., deputado, ao longo de toda a sua jornada na vida pública.

O assunto que trago, hoje, terei que deixar para outro dia, porque não vejo aqui aqueles que poderiam fazer o contraponto e trazer as respostas, como foi dito que seria feito, ainda com relação a todos os desmandos ocorridos na Celesc nas administrações passadas.

Na matéria do *Diário Catarinense* de domingo - e que eu já disse que irei me utilizar durante todo o tempo necessário, deputado Doía Guglielmi, à vinda das explicações e do esclarecimento à sociedade catarinense sobre o que efetivamente teria acontecido ao longo dos últimos oito anos no comando daquela importante estatal - chama-me a atenção o item da inadimplência.

(Passa a ler.)

"A inadimplência na Celesc passa de R$ 700 milhões." É quase R$ 1 bilhão de inadimplência!

Disse, e repito, deputado Maurício Eskudlark, que não é inadimplência de nenhum policial, de nenhum professor, de nenhum servidor público, de nenhum trabalhador. Porque se um cidadão deixar de pagar a conta da energia, certamente vai ficar sem luz no dia seguinte. Isso aqui é inadimplência de gente graúda; isso aqui é inadimplência de gente que tem proteção e de gente também poderosa; isso aqui é troca de favor.

Vejam: R$ 350 milhões, ou seja, a metade dessa inadimplência, são dívidas de até 180 dias, deputado José Milton Scheffer**,** coisa recente que pega bem o tempo da campanha, deputado Kennedy Nunes. Trezentos e cinquenta milhões de inadimplência são de até 180 dias. Estamos em fevereiro, tira-se dois meses e vamos chegar até agosto. Então, teria sido uma inadimplência que começou a partir de agosto ou setembro. O que será que aconteceu? Será que teria sido uma ordem, uma orientação, uma compensação? "Olha, passa o dinheiro para a campanha e não paga a fatura"! Será que foi alguma coisa assim? São R$ 350 milhões! É muito dinheiro! É uma montanha de dinheiro de inadimplência na Celesc nos últimos seis meses! Qual é a razão disso? Coincidência ou não, pegou bem o período da campanha. Os outros R$ 350 milhões, segundo o *Diário Catarinense...* E eu não estou inventando nada! Não é o linguarudo do deputado Joares Ponticelli que está falando! "Ah, é porque o deputado Joares Ponticelli não gosta daquele cidadão lá do sul, deputado Dóia Guglielmi, que foi presidente e que depois saiu da presidência, mas continuou mandando até o Antônio Gavazzoni chegar". E nós sabíamos para que ele mandava. É aquele homem que entende muito de Celesc e que a deixou chegar na situação em que está!

Mas os outros R$ 350 milhões são dívidas mais antigas, difíceis de recuperar, calculadas em ações que impedem o corte do abastecimento.

Então, vejam que aqui há um dado muito interessante. Pelo menos R$ 350 milhões, pelo menos a metade dessa inadimplência, em minha opinião, está diretamente relacionada à campanha eleitoral, e que, com toda a certeza, não é a campanha de Raimundo Colombo, senão o Antônio Gavazzoni não iria entregar.

Isso deve ser coisa da campanha do outro. Deve ser coisa do outro. Eu vou deixar só essa pergunta na tribuna, hoje, e o restante vou falar quando a defesa estiver aqui. Mas eu não vou sossegar sem ter essas respostas que Santa Catarina precisa. E assim que as comissões começarem a funcionar, na semana que vem, vou propor a convocação dessa gente para cá. Os ex-diretores da Celesc têm que vir a esta Casa dar explicações para Santa Catarina.

Nós temos o dever e a obrigação de buscar os esclarecimentos sobre todos esses equívocos - ou o termo mais apropriado é essa bandalheira, que é o termo que vou usar por enquanto -

ocorridos na Celesc ao longo dos últimos anos. E, graças a Deus e à experiência de sanear que tem o presidente Antônio Gavazzoni, com a sua equipe altamente qualificada, técnica, competente, despartidarizada, eu não tenho dúvida de que haverá de recuperar essa empresa que é o orgulho dos catarinenses.

Quero, portanto, aguardar os esclarecimentos porque, à medida que vir a resposta de cada pergunta, eu vou trazer outra para refletirmos e debatermos até que se responda tudo o que se encontra sem resposta.

Quero, também, agradecer ao meu líder e à minha bancada pela minha recondução como integrante da comissão de Constituição e Justiça. Acredito que vou ser o decano não em idade, mas em tempo de permanência naquela comissão, deputado Reno Caramori. Estou entrando no meu 13º ano de mandato, e dos quais 12 anos como membro da comissão de Constituição e Justiça. Acho que é um tempo recorde, o que aumenta a responsabilidade de atuarmos bem representando também a nossa bancada naquela comissão.

Quero, por fim, trazer outra preocupação, deputado José Milton Scheffer, e que certamente vamos ter que debater muito. V.Exa. representa uma região produtora de fumo, e eu, assim como o deputado Dóia Guglielmi e tantos outros deputados desta Assembleia, estou muito preocupado com as duas consultas públicas que a Anvisa está fazendo sobre algumas deliberações da última reunião da Convenção Quadro, e que o Brasil é subscritor, realizada no Uruguai, no mês de novembro no ano passado.

No meu entendimento, as duas consultas públicas que a Anvisa está fazendo, deputado Dóia Guglielmi, extrapolam completamente o poder da agência. A Anvisa, parece-me, está usurpando agora as funções do Congresso Nacional. E numa das consultas públicas quer proibir a produção do fumo tipo Burley, que é o chamado fumo de galpão. Eu conheço porque sou filho de agricultores. O meu pai plantava fumo e eu também plantei, trabalhei na roça até os 15 anos. V.Exas. sabem do que eu estou falando. As mais de 12 mil famílias produtoras de fumo em Santa Catarina plantam basicamente esse tipo de fumo, e se for proibida a sua produção nós vamos ter graves consequências econômicas e sociais em Santa Catarina e no Brasil. E o que é pior: vamos ver o contrabando do cigarro aumentar ainda mais, porque ele vai-se multiplicar. Isso não vai evitar, deputado Reno Caramori!

Então, já conversamos com os deputados Darci de Matos, José Milton Scheffer e Dóia Guglielmi, e vamos propor a realização de uma grande audiência pública para trazer aqui todos os interessados, a cadeia produtiva do fumo e também os representantes da Anvisa para debatermos profundamente essa questão, porque o pequeno produtor de Santa Catarina não tem outra alternativa. Não há cultura que em pouco tempo, na pequena propriedade, dê a rentabilidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, do glorioso PP, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pela internet, venho aqui trazer duas informações. Uma é que segunda-feira eu fiz uma visita ao Hospital Materno Infantil, de Joinville, até porque a informação que me foi passada pela imprensa é que a organização social que atende ao Hospital Materno Infantil de Joinville não tinha recebido a totalidade do repasse do governo do estado para tocar lá aquele contrato - e são R$ 5 milhões por mês.

Eu, em virtude disso, deputado Joares Ponticelli, fui fazer uma visita ao hospital e fui muito bem recebido pela diretoria, a qual eu já disse que foi sanado o problema. Essa questão de fechamento e abertura de um novo exercício dá esse atraso. E, vejam bem, eu já fui vereador, agora sou deputado, mas sempre lutei muito, deputado Maurício Eskudlark, com relação a essa questão de passar para uma organização social tocar um hospital público. E eu ainda não estou bem convicto disso.

E quando vou fazer uma visita a um hospital, deputado Reno Caramori, ouço o que a diretoria tem a dizer, mas prefiro conversar com os pacientes que estão sendo atendidos. São eles, seja o paciente, a mãe do paciente ou o familiar, que precisam dizer como é que está o atendimento, porque senão a diretoria sempre vai dizer que está muito bom.

O ex-governador, e hoje senador da República, Luiz Henrique da Silveira, foi várias vezes fazer uma visita ao Hospital Regional e ao Hospital São José. E quando isso acontecia, tiravam os doentes dos corredores e colocavam-nos numa sala qualquer. E aí, quando o governador passava, não falava com ninguém e depois os problemas aconteciam.

Eu sempre gosto de conversar com o pessoal que está sendo atendido no hospital e, para a minha surpresa, nessa visita que fiz a reclamação que ouvi foi só com relação à entrada no hospital. Há um Protocolo de Manchester que faz uma pequena triagem para saber o que é emergência, urgência, e depois colocam uma pulseira no paciente com determinada cor. Mas depois o cidadão que entra fica completamente bem atendido, pelo que eu ouvi lá no hospital Materno Infantil, sejam nas alas: Oncológica, UTI, pediátrica, neonatal. E, inclusive, na ala - e eu, que tenho dois filhos, sinto muito no coração - de queimados. Ver crianças completamente queimadas é muito triste. E a grande maioria está lá por acidente doméstico. Aquela panela na beirada do fogão e a curiosidade da criança acabam trazendo uma dificuldade muito grande.

Mas quero dizer que saí de lá com uma missão. E, com certeza, com a ajuda dos deputados da nossa região, como os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, vamos tentar ajudar o Hospital Materno Infantil com relação à aquisição de uma casa de apoio, porque, hoje, 30% do atendimento do Hospital Materno Infantil é de pessoas vindas de cidades da região - Porto União, Piçarras, etc. -, e quando os pais trazem os filhos eles não têm onde ficar. Então, seria interessante que houvesse uma casa de apoio, e vamos levantar esta bandeira.

Mas a minha vinda à tribuna é também por outro motivo. Eu gosto de descobrir as coisas. Talvez, porque sou jornalista, acabo buscando uma fonte aqui, outra ali. E há um assunto que está pipocando na imprensa de Joinville - e ontem o deputado Nilson Gonçalves ainda falou aqui sobre isso - com relação ao helicóptero da Polícia Militar baseado, hoje, lá no 8º Batalhão da Polícia Militar de Joinville, o nosso chamado Águia. Trata-se de um helicóptero que por muitos anos está servindo não só à cidade do estado, mas a toda região.

Há algum tempo houve um barulho ensurdecedor na cidade cobrando de todos os deputados e do governo por que o helicóptero de Joinville tinha vindo para Florianópolis e não ia mais voltar. Eu entrei em contato com o comando e disseram-me que foi comprada uma nova aeronave, que a nova aeronave não é do modelo Esquilo e que os pilotos da Polícia Militar estão fazendo o brevê, ou seja, aquele curso de atualização para poder voar - e com quatro ou cinco horas de vôo já poderão voar na nova aeronave. Enquanto está havendo isso, e como aqui há muitos turistas e o movimento está muito grande, o helicóptero veio para cá e já se vai fazer a sua manutenção.

Depois desse barulhão, deputado José Milton Scheffer, esta semana de novo nós, deputados, começamos a ser cobrados: "Os deputados não fazem nada! Onde é que já se viu! O helicóptero voltou para Florianópolis, estão querendo ele lá, o helicóptero não volta mais"! Eu, com aquele meu faro de jornalista - e o policial civil também tem esse faro -, disse: há alguém interessado nisso. Não é possível! Porque a informação que eu tive do comando, deputado Reno Caramori, foi que não havia nenhum barulho em Joinville no sentido de que perderam o helicóptero. Era um procedimento normal de manutenção. Mas, pelo barulho que se fez, dava para perceber que havia alguém interessado, porque sempre há alguém interessado numa notícia, sempre há alguém plantando fogo para aparecer como um bombeiro. E eu descobri hoje e vou dizer aqui.

Prestem atenção: antes o governo do estado mantinha um contrato com uma locação do helicóptero Águia com a Helisul. O governo do estado pagava para a Helisul o uso do helicóptero. O governo decidiu comprar uma aeronave e encerrou o contrato de

locação com a Helisul. Mas, para haver a manutenção do helicóptero agora de propriedade do estado, abriu-se uma licitação e a Helisul ganhou a licitação para fazer a manutenção da aeronave do governo. E agora vem a coisa: quando o helicóptero era da Helisul, locado, não estragava, funcionava direitinho. Agora, porque é do governo do estado - e é a Helisul quem faz a manutenção -, quebra a toda hora! Que coisa impressionante, deputado José Milton Scheffer! Toda hora ele está quebrando! E eles estão dizendo o seguinte: "Quando era locado pela Helisul funcionava, mas agora"... Mas qual é a diferença? E vou dizer para a Helisul o seguinte: não vem, não, porque aqui tem bala na agulha. Não há problema nenhum, não! Vou dizer isso aqui para acabar com essa palhaçada de gente com interesse financeiro, que fica plantando notícias, deixando a cidade toda apavorada, e só porque está magoadinho, porque perdeu o contrato com o helicóptero!

Que coisa é essa? Onde vamos parar com essa situação? Antes a manutenção era feita em Joinville e agora é feita aqui. É simples. Quando a manutenção era feita lá em Joinville, quem cuidava da aeronave era o Boca, que tinha o águia, o helicóptero, como filho dele, chamava de "meu bichinho". Como acabou o contrato de locação, o Boca foi embora, e agora a manutenção do helicóptero é feita aqui em Florianópolis. Então, cada vez que é preciso fazer a manutenção da aeronave, que é de Joinville, ela precisa vir até Florianópolis, porque a Helisul trabalha aqui.

Eu, inclusive, vou ver a possibilidade de mastigar um pouquinho mais essa coisa engasgada no meu gogó. Como é que pode? Essa aeronave locada nunca estragava e agora, apesar de nova, estraga toda hora e é a mesma empresa que faz a manutenção! É a mesma empresa. A única diferença é que antes a aeronave era locada e agora eles ganham R$ 22 mil por mês para fazer a manutenção do helicóptero que toda hora quebra. Eu estou de olho em vocês e vou passar aqui essa história a limpo. Não vou deixar que parlamentares da minha cidade sejam avacalhados, enxovalhados, por conta de interesses comerciais de uma empresa, de uma aeronave que antes funcionava e que agora não funciona mais. Ou vocês são competentes para fazer a aeronave continuar voando sem interesse comercial ou então peçam o boné e vão embora. Nós vamos trazer esse assunto, essa discussão para as comissões, para acabar com essa palhaçada que a Helisul está fazendo em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem aprovadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 1ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de fevereiro do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os Senhores Deputados: Valmir Comin, Angela Albino, Manoel Mota, e Marcos Vieira, para instalação e eleição do Presidente e Vice presidente da Comissão em epígrafe. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Manoel Mota o qual, em obediência ao Regimento Interno, § 1º Art. 123, solicitou aos membros candidatos a Presidente e Vice Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Valmir Comin para Presidente e o Senhor Manoel Mota para Vice Presidente sendo eleitos por unanimidade. A posse dos mesmos e dos membros deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Valmir Comin, agradeceu aos Deputados Membros e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos Termos Regimentais, para na próxima terça-feira, dia 0 de março de dois mil e dez, às dezoito horas na Sala de Reunião das Comissões. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2011

Deputado Valmir Comin - Presidente
Deputado Manoel Mota - Vice Presidente
Deputado Angela Albino
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Valdir Cobalchini
Deputado Volnei Morastoni
Deputado Marcos Vieira

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1636/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 052/2010, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MICROFONES.**

LOTE ÚNICO

EMPRESA VENCEDORA: Mauro Henrique Teixeira Homem

Valor global último lance: R$ 19.860,00 (dezenove mil oitocentos e sessenta reais)

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2011

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 1703/2010, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 056/2010, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA NA SUBSTITUIÇÃO DE TODO REVESTIMENTO DA FACHADA OESTE DO PRÉDIO DA ALESC, (CONFORME PROJETO).**

Restou fracassado.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2011

HÉLIO ESTEFANO BECKER FILHO
PREGOEIRO SUBSTITUTO

*** X X X ***

DESPACHOS

Referência: Pregão Presencial RP nº 052/2010, realizado no dia 25/11/2010.
Objeto: Aquisição de microfones
Assunto: Recurso Administrativo.
Recorrente: Espíndola Comercio e Instalação de Produtos Eletrônicos Ltda.ME
Recorrido: Atos do Pregoeiro e Equipe de Apoio
Contra-razões: Não houve

D E S P A C H O

Acolhendo as razões apresentada pelo Pregoeiro deste Poder Legislativo Hélio Estefano Becker Filho e a equipe de apoio designada pela Portaria n.º 1636/2010, decido conhecer do Recurso interposto pela empresa Espíndola Comércio e Instalação de Produtos Ltda. ME, negando-lhe provimento. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em 09 de fevereiro de 2011

DEPUTADO GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE

*** X X X ***

Referência: Pregão Presencial RP nº 056/2010, realizado no dia 10/12/2010.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA NA SUBSTITUIÇÃO DE TODO REVESTIMENTO DA FACHADA OESTE DO PRÉDIO DA ALESC, (CONFORME PROJETO).
Assunto: Recurso Administrativo.
Recorrente: ESPHERA SUL Empreendimentos Ltda. CONSTRUHAB Construtora Ltda.
Recorrido: Atos do Pregoeiro e Equipe de Apoio
Contra-razões: Não houve

D E S P A C H O

Acolhendo as razões apresentada pelo Pregoeiro deste Poder Legislativo Hélio Estefano Becker Filho e a equipe de apoio designada pela Portaria n.º 1703/2010, decido conhecer dos Recursos interpostos pelas empresas ESPHERA SUL Empreendimentos Ltda. e CONSTRUHAB Construtora Ltda., negando-lhes provimento. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.
Em 09 de fevereiro de 2011
DEPUTADO GELSON MERÍSIO
PRESIDENTE

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO 001/11

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO DADO CHEREM
CI0018/2011
Florianópolis, 09 de Fevereiro de 2011
Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MOACIR SOPELSA
DD Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
NESTA
Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, vendo à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao Art. 21, § 1º do Regimento Interno desta casa, indicar o deputado Maurício Eskudlark para ocupar o cargo de Vice-Líder da Bancada do PSDB com assento neste Parlamento.

Sendo o que se apresenta para o momento, colho da oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Deputado Dado Cherem
Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11

*** X X X ***

OFÍCIO 002/11

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO DEPUTADO DADO CHEREM
Florianópolis, 08 de Fevereiro de 2011
Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado MOACIR SOPELSA
DD Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina
NESTA
Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência comunicar que após deliberação unânime da bancada de deputados do PSDB com assento nesta Casa, o meu nome foi indicado para ser Líder da bancada do PSDB nesta legislatura.

Sendo o que se apresenta para o momento, colho da oportunidade para renovar votos de estima e consideração.

Cordialmente,

Deputado Dado Cherem
Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 021/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 163/2011-GP Florianópolis, 2 de fevereiro de 2011.
Exmo. Sr.
GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA
Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 367864-2010.4 - Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava - Município de Blumenau**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, município e comarca de Blumenau, e a transferência de sua sede do Distrito de Vila Itoupava para o de Itoupava Central", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto, justificativa e cópia integral dos Processo Administrativo supramencionado.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11

PROJETO DE LEI Nº 0021/2011

Dispõe sobre a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, município e comarca de Blumenau, e a transferência de sua sede do Distrito de Vila Itoupava para o de Itoupava Central

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ampliada a área de atuação da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, sediada no Distrito de Vila Itoupava, município e comarca de Blumenau, circunscrevendo-a aos Distritos de Vila Itoupava, Itoupavazinha e Itoupava Central.

Art. 2º Fica transferida a sede da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava para o Distrito de Itoupava Central, limitando sua área de abrangência ao Sul pela BR-470.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei objetiva dar cumprimento a decisão do e. Conselho da Magistratura que, nos autos do Pedido de Providências n. 2007.900054-6, autorizou tanto a ampliação da área de abrangência da Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava, hoje sediada no distrito de Vila Itoupava, para os distritos de Itoupavazinha e Itoupava Central, quanto a transferência de sua sede para este último distrito, limitando sua área de abrangência ao Sul pela BR-470.

Tal autorização se deu pelo fato de a Escrivania de Paz do Distrito de Itoupava estar estabelecida no extremo Norte do município de Blumenau, distante, pelo menos, 25 Km do centro desta cidade; por inexistir outra serventia extrajudicial nas imediações, pois todas atualmente existentes estão localizadas na área central de Blumenau; que, pelas informações da Corregedoria-Geral da Justiça, a região norte de Blumenau tem uma densa população, concentrando várias indústrias, comércio, prestadoras de serviço e revendedoras de veículos, que são altamente prejudicadas quando necessitam de ato registral ou notarial; que existem reivindicações, e não apenas dessas pessoas, mas também do Poder Público no sentido de se dotar aquela região essencialmente de uma Escrivania de Paz que atenda suas necessidades, até porque os Tabelionatos e outros Ofícios não tem a obrigatoriedade de sediarem-se em determinado distrito;

Ademais, a ampliação da área de abrangência da respectiva Escrivania de Paz, bem como a transferência de sua sede trará benefícios imediatos à população daquela região, que não precisará esperar um ou mais anos até a criação por lei das novas unidades e seu posterior preenchimento por novo concurso.

Espera, pois, o Poder Judiciário, a proverbial compreensão dos Ilustres Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 022/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 164/2011-GP Florianópolis, 2 de fevereiro de 2011.
Exmo. Sr.
GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA
Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 237424-2005.2 - Doação de Imóvel - Comarca de Otacílio Costa**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11
PROJETO DE LEI n. 0022/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob n. 12.614, à fl. 01, no livro n. 2 do Registro Geral do Registro de Imóveis do 3º Ofício de Lages - SC, ao município de Otacílio Costa.

Parágrafo único - O imóvel do Estado referido neste artigo constitui-se de um terreno situado no município de Otacílio Costa, com área superficial de 2.000 m² (dois mil metros quadrados), situado na Rua Clementino Zambonato, esquina formada com a Rua n. 238, cidade de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina, que possui as seguintes confrontações: ao NORTE, na extensão de 40m (quarenta metros), com terreno da Associação dos Veteranos de Igaras, na linha de fundos; ao SUL, na extensão de 40m (quarenta metros), com a Rua Clementino Zambonato, na linha de frente; ao LESTE, na extensão de 50m (cinquenta metros), com terreno da Associação dos Veteranos de Igaras, na linha lateral esquerda; e ao OESTE, na extensão de 50m (cinquenta metros), com a Rua n. 238, na linha lateral direita. Sobre esse imóvel foi edificada uma construção em alvenaria medindo 414,55 m² (quatrocentos e quatorze metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados)

Art. 2º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem, por mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis,

Raimundo Colombo
GOVERNADOR DO ESTADO

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei visa à devolução do imóvel que abrigava o antigo Fórum da comarca de Otacílio Costa ao patrimônio municipal, uma vez que o novo Fórum foi construído em outro local, e não há, assim, mais necessidade desse imóvel.

O imóvel a ser doado ao município de Otacílio Costa, que anteriormente havia sido doado a título gratuito por essa Municipalidade ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, incorporou-se ao patrimônio do Estado de Santa Catarina, e necessita, dessa forma, de autorização de lei estadual para a transmissão da propriedade àquele ente público.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 023/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 162/2011-GP Florianópolis, 2 de fevereiro de 2011.
Exmo. Sr.
GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA
Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 215970-2005.4 - Criação de serventia extrajudicial - Comarca de Descanso**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na comarca de Descanso e dá outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto, justificativa e cópia integral do Processo Administrativo supramencionado.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11
PROJETO DE LEI Nº 0023/2011

Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na comarca de Descanso e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da comarca de Descanso.

Art. 2º A outorga da delegação para a nova serventia será realizada na forma da lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

Raimundo Colombo
Governador do Estado

JUSTIFICATIVA

Em face do disposto na Lei Complementar n. 109 de 10 de janeiro de 1994, o Município de Descanso foi el evado à categoria de comarca, e como corolário foram criados os serviços de notas e registro de imóveis. Todavia, omitiu-se a criação do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, atividade indispensável cuja existência está prevista no art. 5º da Lei n. 8.935/94, com as atribuições definidas na Lei n. 6.015/73. Inarredável, pois, regularizar o serviço em questão, o qual vem sendo prestado em acúmulo com o de registro de imóveis, atendendo, desta maneira, determinação do egrégio Conselho da Magistratura nos autos do Pedido de Providência n. 2009.900002-9. Assim, e considerando a necessidade da continuada prestação dos serviços de competência do ofício mencionado aos cidadãos da comarca de Descanso, encaminhe-se o presente Anteprojeto para a devida apreciação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 024/11
ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício n. 178/2011-GP Florianópolis, 4 de fevereiro de 2011.
Exmo. Sr.
GELSON MERISIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
NESTA
Assunto: **Projeto de Lei - PA n. 366532-2010.1 - Aquisição de Imóvel - Comarca de São Bento do Sul**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa, Projeto de Lei que "Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências", aprovado pelo Tribunal Pleno desta Corte, acompanhado de CD com o respectivo Projeto e justificativa.

Atenciosamente,

Trindade dos Santos
PRESIDENTE

Lido no Expediente
Sessão de 10/02/11
PROJETO DE LEI N. 0024/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob n. 09.894, do 1º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São Bento do Sul -SC ao município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único. O imóvel do Estado referido neste artigo se constitui de um terreno situado no centro do município de São Bento do Sul, com área de 1.174,31 m² (um mil, cento e setenta e quatro metros e trinta e um decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NORTE, com Osny Vasconcellos, por 18m; ao SUL, com a Rua Capitão Ernesto Nunes, por 33m; ao LESTE, com Alvaro Guerreiro Krueger, por 48,27m; ao OESTE, com a Prefeitura Municipal, por 47m metros. Sobre o terreno está edificado 1 (um) prédio de alvenaria com 2 (dois) pavimentos e área total de 742m2, nº 51.

Art. 2º O Estado será representado no ato pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial for por ele constituído.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis,

Raimundo Colombro
GOVERNADOR DO ESTADO

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei visa à doação de imóvel que abrigava o antigo Fórum da comarca de São Bento do Sul ao patrimônio municipal, uma vez que o prédio se encontra em uso pelo Município e precisa urgentemente de reforma, o que implicará em recursos de grande monta para o Tribunal de Justiça.

O imóvel a ser doado ao município de São Bento do Sul será de suma importância para a continuidade das ações municipais na prestação de serviços de saúde, uma vez que esse pretende instalar no local a Secretaria de Saúde; todavia, esse Poder necessita da autorização de lei estadual para a transmissão da propriedade àquele ente público.

*** X X X ***